



Fls. 186

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ATA N.º 9 DE 12/12/2022

No dia 12 de dezembro de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 30 de setembro de 2022.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2023.
7. Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2023.
8. Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2023.
9. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal para o ano 2023.
 - 9.1. Deliberação Orçamento 2023.
 - 9.2. Deliberação GOP 2023.
 - 9.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal 2023.
10. Apreciação e deliberação de proposta para a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

11. Apreciação e deliberação – Proposta de Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa Invest.
12. Apreciação e deliberação de Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca”.
13. Informação para apreciação e conhecimento da AM:
 - 13.1. Proposta - Suplemento de Penosidade e Insalubridade – 2023.
 - 13.2. Compromissos Plurianuais – 3.º Trimestre de 2022.
14. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Apreciação de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal”.

Intervenção do Público

15. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário, em exercício: Inês Duarte da Silva Martins

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSPD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- João Manuel Ferreira da Silva, em substituição de Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSPD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSPD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSPD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSPD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);



Handwritten signature

Fls. 187

- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Manuel José Soares Marçal (GMPD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Inês Duarte da Silva Martins (GMPD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existência de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:30 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- Manuel José Soares Marçal, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo período de 10 dias, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respetiva substituição pelo membro José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

- Pedro Maldonado Martins de Carvalho, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, entre os dias 12 e 15 de dezembro, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respetiva substituição pelo membro João Manuel Ferreira da Silva, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

- GT “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva” – Moção de Louvor proposta pelo GMMPM aos membros daquele grupo de trabalho pelo



excelente trabalho e dedicação à causa do Testamento do Conde de Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para explicar o enquadramento da moção em causa, que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

Os membros Rocha Pereira (GMPS), Paulo Teixeira (UCPT), João Vieira (GMMPM) e Carlos Trindade (GMPD) declararam-se impedidos de participar na votação da moção, tendo este último enaltecido o trabalho efetuado em prol dos Paivenses.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para reiterar o conteúdo da moção e reconhecer o trabalho meritório desenvolvido em tempo record pelo GT.

O Sr. Presidente da AM colocou a Moção de Louvor à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Proposta do GMMPM para a criação de uma comissão para acompanhar o disposto no relatório final elaborado pelo GT “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, designadamente, acompanhar, fiscalizar e dar pareceres sobre todos os atos referentes ao legado do Conde de Castelo de Paiva – Indeferimento – Recurso ao Plenário de despacho do Presidente da Assembleia Municipal (REQ_11_2022 de 05/12/2022) – Apreciação.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para explicar o enquadramento da proposta em causa, que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro Carlos Trindade (GMPD) usou da palavra para defender que o Sr. Presidente da AM fez bem em indeferir o requerimento, porque a Assembleia Municipal tem poderes de fiscalização sobre a Câmara Municipal, ou seja, qualquer membro da AM pode questionar o executivo municipal sobre a atividade desenvolvida.

Fundamentou a sua opinião com base num parecer jurídico elaborado pela “CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro”, que é claro ao referir que os membros da AM não podem criar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

comissões que os possam desinvestir dos poderes que são atribuídos por lei à AM.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que entendia os motivos que levaram ao indeferimento da sua proposta por parte do Sr. Presidente da AM, bem como as objeções levantadas pelo membro Carlos Trindade (GMPD).

Referiu que ao contrário do que aconteceu aquando de outra proposta que apresentou, desta vez o Sr. Presidente da AM não o alertou que a proposta estaria mal redigida, porque se assim fosse teria retirado o texto que está mal. Disse que não teve o devido cuidado na formulação da sua proposta. Justificou a apresentação da proposta com o facto de terem o legado do Conde de Castelo de Paiva que pode reverter de imediato a favor da Câmara Municipal.

Defendeu que ainda há muito trabalho a fazer e que o seu movimento, através do membro João Vieira (GMMPM), deu-se ao cuidado de continuar a desenvolver atividades acerca do testamento, tendo descoberto que há pessoas que conhecem as confrontações dos terrenos e que essas pessoas têm de ser ouvidas, porque ainda não sabem com certeza onde começam e onde acabam, pelo que a comissão deve ser criada para continuar a fazer o bom trabalho que foi feito pelo grupo de trabalho e, depois, a Câmara Municipal fará o que entender.

Concluiu, referindo que sabe que o que precisa de saber da Câmara Municipal é por via do Sr. Presidente da AM, mas que este não se deve agarrar a esse expediente para impedir a criação da comissão.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que o que está em causa é incluir na ordem de trabalhos a proposta do membro Jorge Quintas (GMMPM), e outra coisa diferente é discutir o assunto propriamente dito.

Considerou que é inexplicável o facto de o Dr. Presidente da AM não permitir que a AM discuta hoje o assunto.



Defendeu que há uma grande confusão no invocar do parecer jurídico, porque não é isso que está em discussão, reiterando que o que está em discussão é a inclusão, ou não, do ponto.

Concordou com dois aspetos do parecer jurídico: a proibição da AM interferir na gestão da Câmara Municipal, de fazer estudo de problemas, e que isso pode ser levantado em sede de discussão, sendo que o que é proposto é “acompanhar” e não “interferir”.

Deu nota que o despacho do Sr. Presidente da AM invoca para indeferimento o disposto no artigo 18.º e 19.º do Regimento, tendo referido que a conclusão que decorre do artigo 19.º é a de que o Presidente da Mesa, estando-se a debruçar sobre matérias do artigo 18.º, quem tem de decidir é a Mesa e não o seu Presidente. Disse que no ofício que lhes é enviado está lá que a decisão é do Presidente da Mesa com conhecimento aos Senhores Secretários, concluindo que a Mesa não agiu enquanto órgão.

Defendeu que o despacho do Sr. Presidente da AM é ilegal e não fundamentado.

Referiu que fica desiludido quando um Presidente da Mesa tenta impedir a AM de discutir a continuação/constituição da comissão, porque isso não é democrático.

Deu nota que é pena que o membro da Mesa que é jurista não esteja presente, tendo questionado o Sr. Presidente da AM se o ouviu sobre este assunto; se a Mesa está a trabalhar em sintonia.

Concluiu, referindo que são muitas as razões que justificam que o ponto seja incluído na ordem de trabalhos, não já, porque estão no período antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente da AM respondeu que a decisão invoca o artigo 18.ª e a competência da Mesa para decidir dos requerimentos que lhe são remetidos.

Salientou que o despacho é assinado pelo Presidente da Mesa, conforme dispõe o artigo 19.º, mas a decisão foi tomada em articulação com os três membros da Mesa.



Fls. _____

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para agradecer o voto de louvor que lhe foi endereçado.

Referiu que se revê no conteúdo das intervenções anteriores, tendo informado que há imensas comissões de acompanhamento a funcionar em todo o país, tendo dado o exemplo de uma comissão de acompanhamento para o tema da habitação na Câmara Municipal de Lisboa.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interveio novamente para questionar se não foi má vontade do Sr. Presidente da AM em não acolher a sua proposta, apesar de ter invocado o Regimento.

Questionou também porque é que não foi invocado o artigo 32.º, número 8, do Regimento aquando do agendamento da última sessão extraordinária da AM, realizada no mesmo dia em que ocorreu uma reunião ordinária da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da AM respondeu que o que está em causa são os termos em que a proposta foi redigida, porque segundo a Mesa e o seu Presidente, ela estava ferida de ilegalidade, dado que estava a ser criada uma comissão com poderes que a AM não tem, nomeadamente ...

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM para dizer que há intervenções que são inaceitáveis, como dizer-se que a AM não pode criar comissões

O Sr. Presidente da AM retomou a sua intervenção, referindo que não foi o tema em si que foi indeferido, mas sim os termos em que a proposta foi apresentada, isto é, uma das coisas que a proposta propunha era que a comissão tivesse poderes executivos de ordenar à Câmara Municipal que desse nota à AM de todas as iniciativas relacionadas com o tema.

Salientou que indeferiu o pedido sem nenhuma má-fé, houve um recurso para o plenário que está agora a ser discutido.

Reconheceu que poderia ter contactado o membro Jorge Quintas (GMMPM) no sentido de que melhorasse a proposta para que fosse aceite, mas que o inverso também é verdadeiro antes de aquele membro ter recorrido ao plenário.



Concluiu, referindo que o assunto está aqui para ser votado.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou novamente a palavra para dizer que o que o Sr. Presidente da AM disse era verdade se a resposta fosse dada em tempo útil, daí ter recorrido para o plenário.

Informou que tem uma proposta corrigida, com a data de hoje, que pode ser incluída na ordem de trabalhos se assim for deliberado.

O Sr. Presidente da AM respondeu que pode aceitar a proposta, mas que esta terá de ser colocada à votação.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou novamente a palavra para dizer que ficou com a dúvida se é um despacho da Mesa ou do Presidente da AM, porque em momento algum do despacho é dito que o Sr. Presidente da AM trocou impressões com os membros da Mesa, até porque a fundamentação do recurso para o plenário tem termos diferentes.

Deu nota que teria feito o requerimento em termos diferentes, porque não está perfeito, mas que compreende o espírito do mesmo.

Defendeu que a Mesa deveria ter convidado o requerente a corrigir o requerimento, sendo que ainda há condições para o fazer.

O Sr. Presidente da AM informou que o membro Jorge Quintas (GMMPM) entregou à Mesa uma proposta retificada, que leu, e que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata. Disse que a proposta cumpre com o que é determinado pelo Regimento, pelo que se a AM assim o determinar, por unanimidade, será vota e incluída na ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), perguntou qual é o custo para a Câmara Municipal de uma comissão.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que se algum membro do UCPT for indicado para a comissão, este abdicará das senhas de presença.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dizer que se a comissão do Testamento do Conde não tivesse sido criada, não tinham conhecimento do que foi retirado da Casa da Boavista, pelo que valerá mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

a pena criar esta Comissão do que ficarem sem saber o que dela poderá resultar.

O membro Rocha Pereira (GMPS) perguntou se já há decisão sobre a inclusão, ou não, do ponto, (Sr. Presidente da AM respondeu que terá de haver votação) porque, referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva, não se está a discutir os custos da comissão, apesar de aceitável, mas que isso só será discutido se o ponto for admitido.

O Sr. Presidente da AM propôs que se retire o recurso ao plenário e que se coloque à votação a inclusão da proposta que chegou agora à Mesa na ordem de trabalhos (Ponto 15), tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 30 de setembro de 2022.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que as atas são demasiado extensas, pelo que propunha um método diferente de as elaborar no sentido de que contenham uma sumula das intervenções.

Propôs também que se evidencie a “negrito” os autores das intervenções.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que concordava com o membro Rocha Pereira (GMPS), mas que as atas também têm de reproduzir fielmente o que é dito nas sessões da AM, tendo lembrado dois casos complicados que estão em tribunal, que é o caso da Loja n.º 3 do Mercado Municipal, e de uns terrenos numa Junta de Freguesia, nos quais vai ser a ata que vai salvar as situações.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade dos membros presentes na dita sessão.

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa.

Referiu que tendo em consideração que o Sr. Presidente da AM agendou a presente sessão para a véspera de dia útil, e que amanhã é dia de trabalho para a maioria dos eleitos locais, propunha a suspensão da ordem de



Fls. 191

trabalhos perto das 0:00 horas para que os membros da AM possam estar em condições físicas para amanhã irem desempenhar as suas funções profissionais, e para que posteriormente possam retomar em plenas condições físicas a discussão dos restantes pontos.

O Sr. Presidente da AM respondeu que compreendia o pedido.

Informou que há quatro assuntos que têm de ser deliberados até ao dia 28 de dezembro (Orçamento e GOP's; IRS; IMI e Tabela de Taxas) em função de eventual tolerância de ponto a conceder aos funcionários municipais nos dias 23 e 30, tendo proposto que se dê já a possibilidade ao público de intervir; de seguida passariam ao período da ordem do dia e, se houver tempo, discutem o ponto 3. Disse que se não concordarem com esta proposta os trabalhos seguem o seu curso normal.

O membro Manuel Mendes (GMPS) respondeu que faltam 18 dias para o final do mês, pelo que há tempo suficiente para agendarem a continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente da AM respondeu que no dia 23 de dezembro, eventualmente, será concedida tolerância de ponto aos funcionários municipais, e que não está a ver disponibilidade para agendarem a continuação da sessão nos dias 24 ou 25, pelo que sugeria que se prosseguisse com os trabalhos.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para pedir que se coloquem duas lâmpadas em falta em postes de iluminação situados junto ao Mercado Municipal.

Solicitou a resolução da falta de segurança para os peões que circulam na Rua Direita, bem como a resolução da questão da circulação de veículos pesados.

Solicitou também que se mande a fiscalização municipal chamar à atenção dos feirantes para que não deixem o lixo no chão. Disse que os serviços de recolha do lixo não estão a fazer a recolha do lixo de forma diferenciada, apesar de existirem ecopontos naquele local (parque da feira).

Agradeceu a colocação de um pilhão, conforme já tinha solicitado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Deu nota que o som da animação de Natal está muito alto e está ligado durante muito tempo.

Questionou o que é que a Câmara Municipal tem feito relativamente á situação que se vive na Fontela, Sardoura.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para dizer que a iluminação no lugar do Freimil é uma necessidade.

Referindo-se à questão das placas da toponímia, disse que o prazo termina a 31 de janeiro e é necessário colocar as que estão em falta, designadamente, as que a população pediu para alterar.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para agradecer o convite que lhe foi dirigido para o jantar de Natal da Câmara Municipal, tendo enaltecido o serviço prestado pelo “Centro Social de Santa Maria de Sardoura”.

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela celebração de um protocolo com a “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro” para a recuperação das escombreyas de Germunde e a requalificação do PG1.

Deu também os parabéns à Câmara Municipal pela iluminação de Natal.

Deu nota que não é justo ter de pagar 25,00 pela renovação de cada livrete de arma de caça.

O membro João Vieira (GMMPM) usou da palavra para perguntar quando é que está previsto o reinício das obras de requalificação do arruamento de Curvite.

Referindo-se à questão da toponímia, disse que houve lugares históricos cujos nomes desapareceram com a nova toponímia, dando o exemplo do lugar do Chanal, que é um dos lugares mais míticos do concelho. Sugeriu que acabando um lugar se dê o nome desse lugar a uma rua.

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela exposição no Largo do Conde alusiva a figuras ilustres do concelho.

Informou que o “Marmoiral” não está relacionado com a D.ª Mafalda, mas sim associado a um combate que ocorreu entre Martim de Bulhões e D.



Handwritten signature and initials.

Fls. 191

Fafe. Sugeriu que a Câmara Municipal coloque uma placa no local com essa informação.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para agradecer o convite que lhe foi dirigido para o jantar de Natal da Câmara Municipal. Solicitou um ponto de situação relativo à “ELH – Estratégia Local de Habitação”.

Informou que teve a oportunidade de consultar o processo referente ao edifício “Marmoiral”. Disse que o alvará emitido à data pelo Vereador José Manuel Carvalho fala numa licença especial de acabamentos; que a 25 de outubro, dia em que consultou o processo, este não estava licenciado; que o projeto aprovado prevê 69 apartamentos mas estão a ser construídos 85; o promotor apresentou em abril deste um requerimento para a gestão de resíduos, o que dava razão àquilo que tinha referido em anteriores sessões da AM; que lamentava que tivessem feito o Sr. Vice-Presidente da Câmara assinar um ofício para o “TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel” que não contém tudo o que está no processo, o que pode ter consequências no futuro; que no seguimento de um requerimento feito pelo promotor em setembro, os serviços continuam a afirmar que há problemas com as fachadas e estacionamento do prédio; que segundo os elementos que consultou, o terreno poderá não ter a área que está mencionada na Conservatória, o que é grave, pelo que se o Sr. Presidente da Câmara não garantir nesta sessão que vai mandar fazer o levantamento topográfico do terreno será obrigado a participar às entidades competentes.

Referiu que os acontecimentos que têm ocorrido no lugar da Fontela, Sardoura, não são questões do âmbito da Proteção Civil, mas sim do âmbito do Conselho Municipal de Segurança. Disse que é nesse órgão que o Sr. Presidente da Câmara ganha força.

Informou que consultou o processo relativo à instalação de um contador de água na Quinta da Boavista, estando disponível para responder a questões que lhe queiram colocar sobre o assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Deu nota que existem regulamentos municipais que ainda têm as coimas em escudos.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que na última sessão ordinária da AM, o Sr. Presidente da Câmara disse que era o fim das “festas e festinhas” a propósito do entendimento do GMPS sobre o fim do “Festival das Gerações”, e outros eventos que entendem que servem para promover e dinamizar o comércio local e a incentivar a visita de turistas ao concelho. Disse que esses eventos são uma fonte de rendimento para a economia local e uma fonte de receita para as instituições do concelho, pelo que questionava se uma vez extintos esses eventos foi pensada alguma alternativa para que essas instituições mantenham essas receitas; se para o Sr. Presidente da Câmara os eventos organizados pelos concelhos vizinhos para promover a sua economia local, os seus produtos e o seu território também são “festas e festinhas”.

Questionou se no seguimento da aprovação pela AM do relatório final relativo ao testamento do Conde o Sr. Presidente da Câmara prevê desenvolver alguma ação no curto prazo.

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara uma informação sobre os principais aspetos do acordo a que se terá chegado com a empresa “Jopavera” no âmbito de um processo judicial em curso.

Sobre a instalação de um contador de água na Quinta da Boavista, informou que o membro Paulo Teixeira (UCPT) enviou um e-mail aos líderes dos GM e, pensa, a alguns membros do GT do testamento do Conde, a dar nota de um processo relativo a uns contadores que terá consultado e relativamente ao qual estará disponível para prestar esclarecimentos. Solicitou ao Sr. Presidente da AM que o membro Paulo Teixeira (UCPT) pudesse dar nota dos principais aspetos relativos a esse processo.

Deu nota que um eleito da AM terá, no seu entendimento, uma situação de incompatibilidade de funções porque terá assinado um contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Fls. 193

Deu nota que perante essa situação enviou um e-mail ao Presidente da Mesa a solicitar cópia dos documentos: os documentos do contrato e um parecer que sustentaria o contrato.

Informou que o Sr. Presidente da AM lhe respondeu, por ofício, que se deslocasse à Câmara Municipal em dada altura para consultar os documentos, o que não coincidia com o que pediu, tendo questionado os serviços do motivo pelo qual não lhe foi facultada cópia, ao que lhe foi respondido pelo Dr. André Pimenta que para obter cópia teria de o solicitar por ofício. Disse que fez reclamação no livro de reclamações, tendo recebido como resposta que teria de enviar um ofício a requerer as cópias dos documentos que pretendia.

Defendeu que apesar de poder ser uma prática em uso, que para uma boa prática da democracia deveria deixar de existir.

Questionou a Mesa se um eleito local tem, ou não, condições de compatibilidade no exercício das suas funções para assinar um contrato de prestação de serviços com uma Câmara Municipal que fiscaliza. Disse que perante o disposto no Estatuto dos Eleitos Locais isso causa-lhe muitas dúvidas.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para felicitar a Câmara Municipal pela iluminação de Natal.

Felicitou os Paivenses João Teixeira e Hugo Geraldês pelo seu excelente desempenho no Campeonato Mundial das Profissões.

Deu nota do que considerou ter sido o lamentável episódio ocorrido na sessão da AM de 30 de Setembro envolvendo-o a si e ao Sr. Presidente da AM, episódio esse que o obrigou a sair da sala em protesto pelo facto de aquele não ter sido democrático, nem ter tido a tolerância e a paciência exigida a um Presidente da AM. Deu-lhe o conselho de ler a alínea j) e u), do artigo 19.º do Regimento.

Questionou qual é a razão para a convocação da presente sessão para o dia de hoje e porque é que os líderes dos GM nunca mais reuniram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira, (GMPSD) usou da palavra para solicitar um ponto de situação referente às reuniões com a empresa “Simdouro” no âmbito do saneamento.

Solicitou também um ponto de situação relativo à colocação das placas de toponímia em falta na freguesia de Fornos.

O membro Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para solicitar um ponto de situação das obras de reconstrução do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”. Defendeu o aproveitamento de zonas industriais pré-existentes, como é o caso, pelo que se deve pressionar para se chegar a uma solução.

Questionou se está em curso um inquérito no âmbito das bolsas de estudo atribuídas a Bombeiros Voluntários e, se sim, se já há relatório final, para que o assunto não fique esquecido e se corrija o que correu mal.

Solicitou um ponto de situação relativo à execução da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, tendo lembrado que este é um projeto que transitou do anterior executivo municipal com um financiamento de 30.000.000,00€. Questionou qual é o número de projetos que já entraram na Câmara Municipal.

Deu nota que o “Anuário Financeiro das Autarquias Locais” cita Castelo de Paiva no que tange ao equilíbrio orçamental, o que é de destacar.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que não se ia pronunciar sobre a questão formulada relativa à eventual incompatibilidade de um eleito da AM, uma vez que não é da sua competência. Disse que leu o parecer jurídico que enviou ao membro Manuel Mendes (GMPS), parecendo-lhe, apesar de não ser jurista, que o processo é legal.

Relativamente à consulta do procedimento, disse que o membro Manuel Mendes (GMPS) pediu cópia de todo o processo, e quando assim é, o que é despachado pelo Sr. Presidente da Câmara (é assim há vários mandatos) é a consulta ao processo. Disse que os funcionários do Município não têm competência para fornecer cópias no seguimento dessa consulta, porque há matéria que tem de ser analisada, nomeadamente, ao nível do Regime de



Proteção de Dados, pelo que o que lhe foi solicitado foi que indicasse as páginas do processo das quais pretendia cópias para que lhe sejam fornecidas.

Agradeceu à Câmara Municipal o convite que endereçou aos membros da AM para o jantar de Natal.

Concluiu, respondendo ao membro Jorge Quintas (GMMPM) que hoje há uma sessão da AM porque se está a cumprir o Regimento.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), informou que foi feito um levantamento da iluminação pública em falta em todo o concelho e que esse levantamento já foi enviado para a “E-Redes”.

Relativamente à circulação de peões na Rua Direita, respondeu que já lá existe uma placa de coexistência entre peões e viaturas. Disse que o camião dos “CTT – Correio de Portugal” vai continuar a circular naquela rua porque não há alternativa.

Informou que o executivo em permanência está a acompanhar a situação na Fontela, Sardoura. Disse que tem falado com as pessoas afetadas, com a Senhora Procuradora, com a “GNR – Guarda Nacional Republicana”, e está em articulação permanente com as Juntas de Freguesia, tendo também informado que vai reunir o Conselho Municipal de Segurança para discutir o assunto.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), respondeu que está a articular com a “E-Redes” a questão da iluminação no lugar referido.

Reconheceu que há algum atraso na contabilização e consequente colocação das placas da toponímia, principalmente na UF de Sobrado e Bairros e na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, até porque se foram apercebendo que havia caminhos e ruas para os quais ainda não tinha sido atribuída toponímia, e da necessidade da Comissão de Toponímia corrigir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

alguns nomes que tinham sido mal atribuídos e atribuir novos topónimos. Informou que os serviços irão fazer a encomenda total das placas em falta. Referindo-se à intervenção do membro João Vieira (GMMPM), reconheceu o atraso que se verifica na conclusão da obra de requalificação dos arruamentos de Curvite. Disse que a Câmara Municipal tem apenas um calceteiro disponível e tem feito vários serviços dessa natureza em avarias de água.

Salientou que os nomes dos lugares nunca desaparecem, as ruas é que acabam por ter um nome e um topónimo. Disse que não faz sentido estar agora a alterar o nome de ruas, obrigando as pessoas a dirigirem-se novamente aos serviços públicos para alterar os registos dos documentos, até porque se procedeu em devido tempo à discussão pública sobre esse tema.

Referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS), disse que vai tentar informar-se da razão de não aceitarem a declaração da Câmara Municipal (livretes de armas).

Sobre o jantar de Natal da Câmara Municipal, disse que foi bom reunir novamente os trabalhadores, os membros da AM e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia neste importante convívio após uma interrupção de dois anos devido à pandemia de Covid-19, tendo informado que o jantar teve um custo de 5.600,00€.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), informou que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” está em desenvolvimento, estando os serviços municipais a analisar os projetos referentes às cerca de 30 casas a reabilitar nos bairros sociais do concelho, para que as obras se iniciem no início do próximo ano. Disse que se está a falar de um montante superior a 3.000.000,00€, pelo que o procedimento terá de ir a “visto” do Tribunal de Contas, o que poderá originar algum atraso no arranque do processo.

Informou que o executivo está a adquirir terrenos no âmbito da “ELH – Estratégia Local de Habitação”.



Fls. 195

Informou também que o anterior executivo deixou um protocolo com um montante previsto de 29.000.000,00€ para a requalificação dos edifícios municipais e para que os privados possam intervir nos seus edifícios que estejam em condições de habitabilidade indigna, sendo a Câmara Municipal, neste caso, apenas um intermediário na receção da documentação, uma vez que quem faz a validação dos processos é o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”.

Em relação ao edifício “Marmoiral”, respondeu que é falar mais uma vez do mesmo, referindo que está a ser resolvido um grave problema urbanístico que existia na Vila de Castelo de Paiva.

Deu que instaurou um processo de contraordenação ao empreiteiro por este estar a fazer alterações ao projeto antes de haver o licenciamento.

Deu também nota que foram feitas todas as alterações necessárias para enquadrar o edifício no que está previsto no “PDM – Plano Diretor Municipal”.

Realçou que a obra está a decorrer com todas as licenças necessárias para que os Paivenses e todos aqueles que possam vir para o concelho possam em Janeiro/Fevereiro fazer as escrituras.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), informou que a Bienal da Cultura ocorrerá em 2023, defendendo que a Câmara Municipal terá de realizar atividades diversificadas que sejam uma mais-valia para o concelho e para quem nos visita.

Relativamente ao testamento do Conde, respondeu que está a acompanhar o processo, e que tal como disse na última sessão da AM, vai fazer o que ainda não foi feito. Referiu que é o quarto Presidente de Câmara desde a morte do Sr. Conde e que tudo fará no sentido de proteger aquele património.

Quanto ao processo “Jopavera”, respondeu que é um processo que herdou, no qual nenhum dos seus Vereadores teve intervenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Informou que na primeira sessão de julgamento, na qual esteve presente, após uma tentativa de acordo, a juíza achou como justo que a Câmara Municipal aceitasse pagar o montante de 170.000,00€.

Salientou que o mandatário da Câmara Municipal o informou que a autarquia ia sempre ser condenada ao pagamento de algo, o que a juíza confirmou, até porque o próprio mandatário escreveu na defesa da Câmara Municipal que o licenciamento foi mal feito.

Referiu que perante isto, perante os oito anos já decorridos, os valores peticionados, e os juros que daí decorrem, está-se a falar de um valor de cerca de 1.000.000,00€ que, na pior das hipóteses, a Câmara Municipal pode ser condenada a pagar, ou, acordar com o pagamento de 170.000,00€, ou, andar de recurso em recurso durante mais dez anos e somar mais juros a esse período, mais despesa com os tribunais, com os mandatários, e esperar o que seja decidido pelos tribunais, o que seria a decisão mais fácil para si, porque se cumprisse os mandatos previstos na lei já estaria de saída da Câmara Municipal. Disse que aconselhado pelo mandatário do Município, aconselhado pela juíza, e com a aceitação da empresa, trouxe a proposta de acordo ao órgão executivo que a aprovou por maioria, tendo já sido enviada a notificação ao tribunal juntamente com a deliberação do órgão para a elaboração da ata (montante de 170.000,00€ será pago em duas tranches no decurso do ano de 2023).

Em relação ao contrato de prestação de serviços celebrado entre a Câmara Municipal e o membro João Vieira (GMMPM), respondeu que há um parecer jurídico da “CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro” que os serviços municipais aceitaram e que valida o procedimento.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPD), informou que irão reunir em janeiro com a empresa “Simdouro” para abordar as lacunas existentes no concelho ao nível do saneamento.



Fls. 196

Referindo-se à intervenção do membro Giselda Neves (GMPS), respondeu que o incêndio no “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” ocorreu em 2020, e que até à data pouco foi feito pelo Governo, apesar de ter saído uma Resolução do Sr. Primeiro-Ministro a dar a reconstrução como urgente.

Informou que reuniu com o Presidente do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional” e com o Secretário de Estado do Trabalho para que se encontre uma solução. Disse que há vários cenários em cima da mesa, tendo-se o Município disponibilizado para ser parte da solução, estando a aguardar uma decisão da parte do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”.

Realçou que em relação ao realojamento das empresas, a negociação iniciou-se com o anterior executivo, tendo as empresas assinado um contrato de realojamento na zona industrial das Lavagueiras em Março de 2022, já com o atual executivo. Disse que foi um processo muito moroso para quem perdeu tudo no incêndio, esperando que as empresas que se mantiveram a laborar na zona industrial das Lavagueiras possam continuar a contribuir para o desenvolvimento da economia local.

Relativamente à bolsa de estudo, respondeu que está a ser feita a averiguação da qual será produzido um relatório final que poderá ser consultado pelos membros da AM.

Informou que o ultimo desenvolvimento ocorrido no processo foi o envio de uma carta por parte do aluno, a referir que independentemente do resultado do relatório, queria devolver a bolsa de estudo que lhe tinha sido atribuída, tendo a Câmara Municipal deliberado no sentido de aceitar essa devolução.

Concluiu, informando que o “Anuário Financeiro das Autarquias Locais” contém um erro, dado que o Município não tem uma receita anual de 125.000.000,00€.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para solicitar um esclarecimento sobre o custo do jantar de Natal da Câmara Municipal, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

vez que o Sr. Presidente da Câmara disse que custou 5.600,00€, mas que na “Base-gov” está registado pelo valor de 8.000,00€, tendo questionado se o acordo insidia sobre o custo individual.

Referiu que a penúltima edição da Feira do Vinho Verde decorreu durante quatro dias, na última edição decorreu em três dias, tendo perguntado se vai voltar ao modelo de quatro dias.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se vai fazer o levantamento topográfico (edifício “Marmoiral”).

Perguntou também se o Conselho Municipal de Segurança reuniu alguma vez durante o atual mandato.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara mandou instaurar o processo de contraordenação (edifício “Marmoiral”) em abril, mas a 25 de outubro o promotor ainda não tinha respondido.

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para repetir que o membro Paulo Teixeira (UCPT) se disponibilizou para esclarecer o requerimento que lhes enviou, tendo questionado se o Sr. Presidente da AM vai permitir que o referido membro faça esse esclarecimento.

Referiu que o artigo 4.º do “Estatuto dos Eleitos Locais” dispõe que um dos deveres é não celebrar qualquer contrato com o Município, e que a situação descrita no parecer jurídico anteriormente referido não se compara com a situação em causa, porque se refere a uma relação conjugal entre um eleito e uma esposa detentora de uma empresa que assina um contrato de prestação de serviços com uma Câmara Municipal.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se leu o parecer e se subscreve o que lá está escrito.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente ao jantar de Natal, foi estabelecido um preço por pessoa (há uma estimativa do valor máximo que poderá atingir a despesa) e fez-se o respetivo cabimento da verba, conforme obriga a lei. Disse que participaram 280 pessoas, que a multiplicar por 20,00€ dá 5.600,00€.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Handwritten signature and initials.

Fls. 197

Em relação à Feira do Vinho Verde, respondeu que vão manter os três dias. Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), respondeu que leu o parecer, e que respeita as indicações dos serviços, até porque não é jurista.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), reiterou o que disse anteriormente em relação ao edifício “Marmoiral”.

Informou que vai proceder à revisão dos regulamentos municipais.

Informou que será o primeiro Conselho Municipal de Segurança do mandato.

O Sr. Presidente da AM, referindo-se à questão colocada pelo membro Manuel Mendes (GMPS) relativa à disponibilidade manifestada pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) para prestar os esclarecimentos que os membros da AM tenham como necessários relativamente à consulta que fez do processo referente à colocação de contadores de água na Quinta da Boavista, respondeu que os membros que tenham interesse nesses esclarecimentos devem-se dirigir ao membro Paulo Teixeira (UCPT), e que se o assunto suscitar de novo interesse podem trazê-lo a uma próxima AM.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Deliberação: A AM tomou conhecimento

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

O munícipe Joaquim Moreira usou da palavra para dar nota de um munícipe residente junto ao Campo Municipal da Boavista sem quaisquer condições de higiene.

Deu também nota de trabalhadores que habitam numa casa propriedade do Sr. Costa Carvalho, sem que esta tenha condições de habitabilidade, e sem que as entidades competente se importem com essa situação. Disse que se ninguém fizer nada, ele vai atuar.

Sobre o processo “Jopavera”, disse que a Câmara Municipal deveria deixar o processo seguir em tribunal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

O munícipe João Vieira usou da palavra para dizer que o PS é o maior partido da oposição, pelo que tem muito mais com que se preocupar do que apenas com o contrato de prestação de serviço que assinou com a Câmara Municipal.

Informou que foi ele próprio quem trouxe o assunto a uma reunião de Câmara, tendo referido que o Vereador José Manuel Carvalho disse que para ele não havia problema nenhum.

Concluiu, referindo que lhe parece que o PS é contra a promoção da cultura em Castelo de Paiva, e que se não quiserem que escreva o livro, que lhes entrega os direitos de autor para que escolham quem o escreva.

O munícipe Jorge Quintas usou da palavra reiterar o conteúdo de sua anterior intervenção no âmbito do disposto no artigo 32.º do Regimento, relativamente à convocação das sessões da AM. Disse que se a conferência de líderes tivesse sido consultada não tinham acordado a data de hoje.

O Sr. Presidente da AM referiu que lamentava aquilo que os membros da AM estavam a fazer, mas que lhes ia continuar a dar a palavra.

O munícipe Rocha Pereira usou da palavra para se referir às intervenções de Advogados na última reunião de Câmara e para defender a honra de uma pessoa.

Referiu que quando os mandatários do Município dizem que um dos argumentos utilizados para o acordo passa pelo facto de que a testemunha principal da Câmara Municipal padecia de amnésia e não tinha condições de ir depor ao tribunal, que isso é falso e inaceitável, porque os documentos estavam na posse dos Advogados e chegaram à posse do Município. Disse que mesmo que não tivessem os documentos, os Advogados podiam ter solicitado cópias ao tribunal e a pessoa em causa ficava esclarecida sobre o assunto, não sendo digno, nem justo, o ataque que fizeram à Eng.ª Manuela Moreira.

Concluiu, salientando que havia outras testemunhas que estavam numa posição mais delicada e que não houve qualquer menção a isso.



Fls. 198

O munícipe Manuel Mendes usou da palavra para dizer que o PS não aceita lições de moral de qualquer eleito sobre a sua agenda. Disse que são contra alguma ilegalidade que possa existir (continuam a ter dúvidas), não sendo contra a produção do livro ou com a promoção da cultura.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dar resposta às intervenientes neste período.

Referindo-se à intervenção do Sr. Joaquim Moreira, respondeu que relativamente ao munícipe residente junto ao Campo Municipal da Boavista, que a casa é pertença da igreja e que a situação está a ser acompanhada pela Segurança Social e pelos serviços de ação social da Câmara Municipal.

Sobre os trabalhadores que habitam numa casa pertença do Sr. Costa Carvalho, informou que os serviços de ação social da Câmara Municipal e a “GNR – Guarda Nacional Republicana” já se deslocaram ao local por duas vezes, estando a situação a ser acompanhada.

Referindo-se à intervenção do munícipe Rocha Pereira, disse que a mesma foi direcionada para o mandatário do Município e não para o Presidente da Câmara. Disse que não teve qualquer intervenção na escolha das testemunhas do Município.

Concluiu, referindo que a intervenção do munícipe Manuel Mendes também não lhe foi direcionada.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), ausentou-se da sala.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2023.

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade a proposta relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPD) reentrou da sala.

7. *Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2023.*

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro José António Rocha (GMPD) usou da palavra para dizer que a proposta era incoerente em relação à proposta referente ao “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” que acabaram de aprovar.

Defendeu que em sede de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” há todos os benefícios possíveis para o cidadão, enquanto no IRS o Município não dá nada ao cidadão, o que é incompreensível numa altura em que as pessoas passam por dificuldades, tendo proposto que os 5% revertam para os municípios ou que haja um escalonamento na participação do Município naquele imposto.

Referiu que para agravar a situação, no “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis”, a maior parte dos prédios acabam por já ter isenção, o que em termos de IRS isso já não acontece.

Concluiu, referindo que é uma oportunidade perdida pelo PSD de provar que é a favor da baixa de impostos.

O membro Manuel Mendes (GMPD) questionou o destino que será dado ao valor a arrecadar.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que já defendia no anterior mandato que a participação do Município devia ser de 5%, tal como sucedia com o anterior executivo.

Informou que o valor a arrecadar será canalizado para reforçar as medidas de apoio social da Câmara Municipal, para os mais carenciados.

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria, com 8 abstenções do GMPD e 19 votos a favor, a proposta relativa à Participação do Município no IRS – ano 2023.



[Handwritten signature]

Fls. 199

8. *Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2023.*

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que os salários terão um aumento pouco expressivo em 2023 e a inflação será de 9/10%, tendo perguntado se o aumento das taxas vai ser acompanhado de uma melhoria dos serviços prestado.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que este aumento também se repercutirá na água e no saneamento.

Informou que uma das condições para a atribuição de fundos comunitários aos Municípios é a de que estes promovam a sustentabilidade ao nível das taxas cobradas. Disse que o concelho tem das taxas mais baixas da região, e para não verem goradas as expectativas de acederem a esses fundos comunitários, houve a necessidade de ajustar o valor das taxas a cobrar ao coeficiente de atualização das rendas.

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria, com 8 abstenções do GMPS e 19 votos a favor, a Tabela de Taxas – ano 2023.

De seguida, o membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para propor uma suspensão dos trabalhos, a serem retomados em data posterior, de acordo com a fundamentação que apresentou no início da discussão do ponto 3.

O Sr. Presidente da AM colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 11 votos contra do GMPSD e 16 votos a favor do GMPS, GMMPM e UCPT.

Deu a sessão como suspensa às 0:00 horas.

No dia 15 de dezembro de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva, a Assembleia Municipal (AM), para a segunda reunião da sessão ordinária de 12 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Período Antes da Ordem do dia

1. -----.
2. -----.
3. -----.
4. -----.

Período de Intervenção do Público

5. -----.

Período da Ordem do dia

6. -----.
7. -----.
8. -----.

9. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal para o ano 2023.

9.1. Deliberação Orçamento 2023.

9.2. Deliberação GOP 2023.

9.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal 2023.

10. Apreciação e deliberação de proposta para a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

11. Apreciação e deliberação – Proposta de Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa Invest.

12. Apreciação e deliberação de Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca”.

13. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

13.1. Proposta - Suplemento de Penosidade e Insalubridade – 2023.

13.2. Compromissos Plurianuais – 3.º Trimestre de 2022.

14. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Apreciação de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal”.



15. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva”.

Período de Intervenção do Público

16. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário, em exercício: Inês Duarte da Silva Martins

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na reunião:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPD);
- João Manuel Ferreira da Silva, em substituição de Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPD);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMPD);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPD);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPD);
- António Luis da Costa Esteves (GMPD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMPD);
- António da Silva Pinto (GMPD);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPD);
- Filipe Miguel de Sousa da Costa, em substituição de Giselda Martins de Sousa Neves (GMPD);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);



Fls. _____

- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Manuel José Soares Marçal (GMPD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPD);
- Inês Duarte da Silva Martins (GMPD);
- José Vieira Gonçalves (GMPD).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na reunião:

- António da Costa e Cunha (GMPD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPD);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPD);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na reunião:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves

Verificada a existência de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a reunião pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente reunião:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Rodrigo António Joaquina Pereira,



Fls. 201

nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Giselda Martins de Sousa Neves, eleita pelo GMPS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Filipe Miguel de Sousa da Costa, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

Período da Ordem do dia (continuação)

O membro José António Rocha (GMPS) ausentou-se definitivamente da reunião no decurso da discussão deste ponto.

9. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal para o ano 2023.

9.1. Deliberação Orçamento 2023.

A Vereadora Liliana Viera usou da palavra para dar nota dos aspetos mais relevantes do Orçamento e Gop's para o ano de 2023.

Deu nota que o Orçamento importa no montante de cerca de 20.000.000,00€.

Referiu que é um Orçamento que obriga a uma atuação cautelosa decorrente da guerra na Ucrânia, do aumento da inflação, do aumento generalizado dos preços na aquisição de bens e serviços, e do regime extraordinário de revisão de preços.

Informou que as receitas correntes se cifram em 15.000.000,00€ e as receitas de capital em 5.700.000,00€; que as despesas correntes se cifram em 14.250.000,00€, destacando nas despesas com o pessoal o aumento do salário mínimo nacional, no montante de 245.000,00€; a valorização das carreiras dos Assistentes Técnicos, dos Técnicos Superiores e dos Assistentes Operacionais, no montante de 240.000,00€; as alterações de posicionamento remuneratório, no montante de 55.000,00€; a inclusão no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de 95 funcionários em consequência da transferência de competências na área da educação, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

corresponde a um peso de 1.300.000,00€ naquela rubrica, e 7 funcionários em consequência da transferência de competências na área da saúde, o que corresponde a um peso de 100.000,00€ (para 2022 o orçamento para despesas com pessoal era de 4.000.000,00€ e para 2023 é de 6.000.000,00€, por força desta transferência de competências); cerca de 6.000.000,00€ em aquisição de bens e serviços, porque a Câmara Municipal tem mais edifícios para gerir: há dois agrupamentos de escolas que transitaram para a gestão da Câmara Municipal, bem como os dois edifícios das unidades de saúde do concelho. Informou também que as despesas de capital se cifram em 6.700.000,00€: 1.000.000,00€ afetos à viação rural, também em investimentos articulados com as Juntas de Freguesia, a que acrescem 50.000,00€ para o desenvolvimento do programa de apoio de proximidade às freguesias, tendo neste âmbito sido dada a oportunidade às Juntas de Freguesia que tinham o apoio de um funcionário da Câmara Municipal de manter esse funcionário e, às restantes, ter um funcionário ou optar pelo apoio correspondente ao salário anual desse funcionário no montante de 15.000,00€: a Junta de Freguesia de S. Martinho e a Junta de freguesia de Fornos irão receber o montante de 15.000,00€, a UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, além do funcionário, irá receber um outro funcionário, a Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, para além do funcionário de que já dispõe, irá receber 2.500,00€, a Junta de Freguesia de Real, para além do funcionário de que já dispõe, irá receber 3.000,00€ e a UF de Sobrado e Bairros optou pelo apoio de 15.000,00€; 500.000,00€ para investimento no alargamento da rede de saneamento; 220.000,00€ para investimento na resolução das fugas de água; 120.000,00€ para investimento na eficiência energética nos edifícios municipais, com apoio no âmbito de uma candidatura a submeter ao “PRR – Plano de Resolução e Resiliência”; 4.000.000,00€ no âmbito da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, designadamente, para a reabilitação das casas dos bairros sociais, para a elaboração de projetos para todas as freguesias e para o projeto do bairro do Choupelo.



Handwritten signature

Fls. 202

Destacou na área do turismo a requalificação das margens do Castelo e da piscina municipal situada naquele lugar.

Destacou também o investimento a realizar na recuperação de edifícios municipais e equipamentos desportivos; o projeto para a requalificação das margens do Arda; a “Casa de Emergência Social” com projeto em execução; o reforço dos apoios sociais, tendo dado nota da descentralização de competências desta área da ação social nos Municípios em 2023; aumento das transferências no âmbito das medidas de apoio educativo, nomeadamente, um aumento de 20% no valor pago no âmbito das refeições escolares e dos transportes escolares; a medida relativa à saúde oral e oftalmológica; reforço da Proteção Civil com a constituição de mais uma “EIP – Equipa de Intervenção Permanente”, num investimento total de mais de 100.000,00€; reforço da dotação da rubrica do banco alimentar em 15.000,00€.

Ainda relativamente à “ELH - Estratégia Local de Habitação”, deu nota da inscrição do montante de 500.000,00€ para a aquisição de terrenos; 250.000,00€ para a construção e 100.000,00€ para a aquisição de imóveis.

Em relação ao Mapa de Pessoal, salientou que tal como o Plano Anual de Recrutamentos, abarca um maior número de necessidades de pessoal a contratar comparativamente com 2022, uma vez que incorporam pela primeira vez as necessidades de recrutamento decorrentes da descentralização de competências nas áreas da educação e da saúde.

Informou que foram confrontados com diversas aposentações: 1 Técnico Superior de Engenharia Civil, em julho deste ano; 1 Assistente Operacional da área da saúde; 1 Técnico Superior da área dos Recursos Humanos, em mobilidade para o “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”; 1 Fiscal Municipal, em julho deste ano que não foi substituído, e uma série aposentações e situações de mobilidade na área da educação.

Salientou que as necessidades inscritas são previsões para eventual recrutamento: 2 Técnicos Superiores de Engenharia Civil; 1 Técnico Superior de Arquitetura; 1 Técnico Superior de Engenharia do Ambiente (a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

técnica anterior consolidou na Câmara Municipal de Braga); 1 Técnico Superior de Psicologia; 1 Técnico Superior Jurista; 1 Técnico Superior de Contabilidade; 1 Técnico Superior de Medicina Veterinária, em função das responsabilidades do Município no Centro de Recolha Animal (custo com o salário é suportado na proporção de 67% pela Câmara Municipal de Cinfaes e de 33% pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva); 1 Fiscal Municipal para substituir o que se aposentou; 3 Assistentes Técnicos para a área da educação (processos de mobilidade em curso); 24 Assistentes Operacionais na área da ação educativa; 3 Auxiliares de Serviços Gerais, em função dos vários pedidos de aposentação em curso (15); 2 Auxiliares de Serviços Gerais para a área da saúde, tendo a Câmara Municipal recebido 7 funcionários, 5 com contrato a termo indeterminado e 2 com contrato a termo certo, tendo estes dois funcionários concorrido a um procedimento concursal que, estando concluído, os fará ter um contrato a termo incerto, pelo que têm de criar os lugares no mapa de pessoal; 1 Motorista para a área da saúde, dado que a partir de Janeiro vai funcionar a Unidade de Cuidados à Comunidade (negociação feita com a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” no sentido de substituir um Assistente Operacional na área da limpeza por um motorista); 10 Assistentes Operacionais para a “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente” (foram apresentados pedidos de aposentação nesta área após a elaboração destes documentos).

Explicou que a necessidade prevista da contratação de 24 Assistentes Operacionais para a área da educação se enquadra nos dois programas que o Município mantém com a Dgeste. Disse que aquela entidade atribuiu ao Município para o pré-escolar a colocação de 16 Assistentes Operacionais.

Explicou que no âmbito da delegação de competências na área da educação, o Município recebeu 95 funcionários, alguns com contratos a termo que terminaram em Junho (extintos 9 postos de trabalho). Disse que para satisfazer as necessidades dos três ciclos de ensino a Dgeste transferiu 97 funcionários para o Município, sendo 81 Assistentes Operacionais e 16



Fls. 203

Assistentes Técnicos, pelo que se se consultar o Mapa de Pessoal este tem 77 lugares de Assistentes Operacionais ocupados na área da educação, tendo de ocupar 97 lugares, sendo que se esses lugares não forem ocupados, cujos salários são totalmente financiados pelo Fundo de Financiamento da Descentralização, a Dgeste não transfere o dinheiro.

Além disso, referiu, fizeram uma negociação com aquela entidade, ouvindo as escolas, no sentido de que os 95 funcionários que estavam contabilizados no ano letivo 2021/2022 não eram suficientes, tendo a Dgeste feito para o ano letivo 2022/2023 um reforço de mais dois Assistentes Operacionais (97). Disse que se não fizerem essas contratações o dinheiro não será transferido, e no próximo ano letivo correm o risco da Dgeste reduzir os rácios para fazer face às necessidades das escolas.

Salientou que é do conhecimento dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia das necessidades de pessoal que existem nas escolas, daí serem apresentados os 24 Assistentes Operacionais para o próximo ano, sendo esta a grande diferença do Mapa de Pessoal para 2023 do anterior: apresenta uma previsão de recrutamento de 52 pessoas, mas só para a educação são 24 Assistentes Operacionais, mais 3 Assistentes Técnicos, e 3 Assistentes Operacionais para a área da saúde, ou seja, apresentariam uma previsão de recrutamento de 22 funcionários se não houvesse a descentralização de competências.

Deu nota que há mais alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que obrigam a ter um Assistente Operacional afeto por cada um desses alunos sete horas por dia. Disse que o número total de Assistentes Operacionais que referiu anteriormente ainda não é suficiente, tendo a informação que as Associações de Pais também já solicitaram à Dgeste o reforço desses trabalhadores.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para questionar se o Sr. Presidente da Câmara pode assegurar que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” ainda tem financiamento a 100%, ou se haverá alguma perda nos próximos anos; se podem contar com a aquisição de terrenos em todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

as freguesias; se podem contar com a construção de novas habitações já no próximo ano e, se sim, quantas.

Deu nota que também em 2023 a Câmara Municipal abdica do “Festival do Peixe do Rio”, do “Festival da Lampreia”, do “Festival das Gerações”, tendo alertado que há coletividades que têm neste tipo de eventos uma fonte de receita, pelo que perguntava se há alguma alternativa que compense essa perda de receita.

Relativamente às medidas de apoio social, questionou se há apenas o reforço dos valores em algumas rubricas ou haverá medidas novas no combate à crise inflacionista.

Sobre as bolsas de estudo para os alunos do ensino superior, questionou se se mantêm o mesmo número e com os mesmos valores.

Questionou também quais as escolas a requalificar, e o que é que se quer dizer na prática com o dotar as escolas com condições de higiene e segurança.

Perguntou se quando dizem que querem desmaterializar os arquivos municipais, se estão assegurados os prazos legais do arquivo físico dos documentos.

Deu nota que está previsto arrecadar o montante de cerca de 439.000,00€ em rendas, mas está previsto 10,00€ para terrenos, 10,00€ para habitação, 10,00€ para edifícios e bens de domínio público, ficando os restantes 438.900,00€ para outras, tendo questionado quais outras.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para perguntar qual é o valor referente à venda de bens de investimento referidos na página 27 (últimos 36 meses); que na página 41 se fala em reforço das infraestruturas em Lavagueiras, e que na página 34 diz que vão construir uma ETARI. Disse que não conseguiram, no ano de 2000, licenciar a zona industrial de Lavagueiras sem ter a ETARI construída e a funcionar, tendo questionado se é mais uma em cima da que existe ou é para modernizar a que existe; que na parte relativa às Responsabilidades Contingente, mapa das ações judiciais, é referida a anulação de atos administrativos numa ação do



Fls. 204

Ministério Público no montante de 77.000,00€, tendo perguntado quais são esses atos; qual o ponto de situação de um processo instaurado por uma antiga colaboradora do Município em prestação de serviços na área da Psicologia; que ainda consta a ação judicial interposta pela “Paivamarco” mas que já foi concluída há mais de um ano; se há novidades em relação à Norma de Controlo Interno, página 80; que nada é referido em relação à eventual permuta de terrenos anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara na comemoração do 47.º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva; que na página 59 se fala na requalificação da escola EB2/3 e na escola do Couto do Mineiro do Pejão, mas que face aos valores inscritos não sabe se a escola EB2/3 será intervencionada em 2023; que nem todas as freguesias têm IPSS (página 61), pelo que se deveria corrigir o texto na parte que refere a realização de atividades de apoio à família em todas as freguesias; que no caso da oferta formativa, só fala no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e não fala no Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro. Disse que neste momento têm um paradigma que se traduz no facto da rede de transportes no Couto Mineiro ser melhor do que a de cá de cima, que há uma fuga maciça de alunos daquele território para centros de formação em São João da Madeira, Porto, etc., pelo que têm de estar atentos à oferta formativa na parte de cima do concelho; que no projeto “Somos Um” era oportuno referir a questão dos DAES.

Em relação ao Mapa de Pessoal, disse que o Ministério da Educação delega competências, mas impõe regras ao nível da contratação de pessoal, tendo questionado se quando as competências foram transferidas para o Município a Dgeste tinha funcionárias em todas as escolas, referindo que não tinha.

Informou que a Associação de Pais foi reclamar à Dgeste que o mapa que apresentou ao Município estava errado, porque é feito em Lisboa, e consideraram no número de funcionários que passaram para a Câmara Municipal aqueles que a autarquia já colocava ao serviço dos Jardins-de-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Infância e mesmo no Agrupamento de Escolas, pelo que acha que a Dgeste não está de boa-fé.

Questionou se em termos de Câmara Municipal ainda há funcionários em mobilidade, porque as pessoas não sabem que quando os funcionários estão em mobilidade o lugar tem de estar vazio durante um ano. Disse que só na secretaria da escola secundária são dois ou três funcionários nessa condição, e a Câmara Municipal está a contratar porque o lugar não pode estar ocupado.

Deu nota que ainda ontem saiu nova legislação na área da saúde em que os seguros de acidentes de trabalho vão ser da responsabilidade dos Municípios e não há dinheiro para isso. Disse que gostava de saber se as candidaturas ao “PRR – Plano de Resolução e Resiliência” (edifícios) vão ser comparticipadas a 100%, porque senão vão entregar os dois edifícios afetos à saúde no concelho, comparticipam a 65%, 70% ou 80%, e o Município ainda tem de pôr dinheiro.

Sobre a questão dos motoristas, referiu que a nova legislação prevê que é o Sr. Presidente da Câmara que faz um despacho a permitir que dado funcionário conduza um carro, mas que ainda tem de sair uma portaria a regular a matéria (estão a burocratizar mais).

Questionou porque é que mais uma vez não está prevista a contratação de uma Bibliotecária.

Criticou o facto de Cinfães não ter nenhum veterinário e a Câmara Municipal estar a justificar a necessidade de ter dois veterinários com o Centro de Recolha Animal, conforme informação do Veterinário Municipal (não foi enviada), tendo um território bem mais pequeno do que Cinfães.

Questionou porque é que a Câmara Municipal de Cinfães não abre concurso para contratar um Veterinário que também venha prestar serviço ao nosso concelho; se é verdade, ou não, que já há um Veterinário a prestar serviços ao Município em regime de prestação de serviços. Referiu que é contra a contratação de mais um Veterinário quando o vizinho do lado não o tem.



Concluiu, referindo que queria saber quais foram as necessidades reportadas pela Diretora do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, quando no relatório não fala nas necessidades reportadas pela Diretora do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para dizer que aprendeu com o Sr. António Rodrigues que nenhum Presidente de Junta deve votar contra um Orçamento da Câmara Municipal, independentemente do partido que estiver no poder. Disse que sempre votou a favor dos Orçamentos porque quer que se faça obra da sua freguesia, que as suas escolas tenham Assistentes Operacionais, pelo que votará a favor.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que se absteram na votação do último Orçamento com a justificação de que o executivo municipal teve pouco tempo para o elaborar, sendo que hoje é diferente, porque teve um ano para trabalhar. Disse que se sente desiludido com este Orçamento, que não seria o do GMMPM.

Referindo-se aos 70% de fugas de água, disse que resolveria o problema em cinco meses, porque fizeram esse trabalho.

Questionou se a organização da Gala do Desporto e da Cultura significa o fim do apoio aos jogos desportivos e culturais, porque irão ter duas ações quase iguais.

Defendeu que se pega muito em projetos da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, como por exemplo o projeto “Somos Um”.

Salientou que gostaria que fossem garantidos mais do que os 600 postos de trabalho anunciados pelo Sr. Presidente da Câmara, sendo que não há a garantia de que não desaparece nenhum.

Em relação à saúde, disse que sempre foi crítico relativamente à assunção das competências nesta área.

Defendeu que o desenvolvimento do concelho também depende do investimento do Governo, pelo que se o Vereador Vitor Quintas fosse



Fls. _____

Presidente da Câmara já teria ido mais de 20 vezes a Lisboa, ou seja, que terá de haver mais empenho, sendo que o MPM está disponível para colaborar.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para perguntar onde e quando é que será construída a ETAR que está prevista, e por que valor; qual é a estratégia para melhorar a cobertura da rede de saneamento; quais as obras a executar nas freguesias em 2023; quais as atividades previstas para dinamizar o “Wine Welcome Centre”; que não há a cultura nos Paivenses de frequentar o Mercado Municipal, pelo que este espaço deveria ser dinamizado com a realização de atividades; se a ligação pedonal entre o Castelo e Boure implica menosprezar o percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”.

Concluiu, manifestando o seu agrado com a intenção de licenciar praias fluviais em 2023 enquanto meio para atrair pessoas ao concelho, reunir os locais, e dinamizar o comércio local.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para destacar a boa organização e estruturação do documento.

Solicitou uma explicação em relação ao saneamento no loteamento do Vale da Mota e às fossas da Adróia, e perguntou qual é o valor inscrito no Orçamento no âmbito da delegação de competências nas áreas da saúde e da educação.

Sobre as fugas de água, disse que acha curioso que o membro Jorge Quintas (GMMPM) tenha dito que resolveria o problema em 5 meses, quando não o conseguiram resolver em 12 anos tendo sido membro da AM entre 2009 e 2013, pelo que aquele membro tinha ajudado muito o Município se tivesse dado essa solução milagrosa ao executivo municipal.

Destacou o facto de 2023 ser mais um ano em que serão reforçadas as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, depois de muitos anos sem aumento.

Solicitou a quantificação do aumento dos valores pagos no âmbito das componentes de apoio educativo.



Salientou a vinda para Castelo de Paiva de uma “Unidade de Cuidados à Comunidade” no início de ano de 2023.

Questionou se o programa “Aldeia Segura, Pessoa Segura” vai ser uma realidade em 2023.

O Membro Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dizer que a resolução do problema do saneamento interessa a todo o concelho. Disse que foi Presidente de Junta em dois mandatos, há cerca de quarenta anos, e que já nessa altura já se falava nesse problema, tendo também referido que tem alguma dificuldade em saber como é que vai ser aplicado o valor previsto no Orçamento para o saneamento. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara para fazer obra nesta área em vez de prometer, porque este problema também está a afetar a qualidade das águas subterrâneas, estão a ficar contaminadas.

Sobre o Mapa de Pessoal, defendeu que os líderes dos GM deveriam ter sido chamados para darem os seus contributos.

Questionou se a Câmara Municipal não tem dois juristas, o Dr. Adão Santos e o Dr. Luis Carvalho (acha que sim). Disse que, provavelmente, há funcionários na Câmara Municipal que não estão a desenvolver as tarefas que deveriam estar a fazer.

O Membro Filipe Costa (GMPS) usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que lhe dissesse uma só novidade que conste do Orçamento.

Questionou qual é que vai ser o peso da dívida sobrança nas despesas do Município; quando é que está prevista a implementação da contabilidade analítica no Município.

Questionou também se a contratação de 52 pessoas de uma assentada não será excessivo. Disse que a preocupação dos empresários é a contratação de pessoal em função de todas as despesas que estão associadas (salário, seguro, Segurança Social, etc.), pelo que lhe parece um “atrevimento”, no atual contexto de incerteza e de dificuldades económicas, querer contratar 52 trabalhadores, tendo questionado se foi feito algum levantamento prévio



Fls. _____

das necessidades e qual é que foi o instrumento de gestão que fez a avaliação dessas necessidades de contratação.

Referiu que se a Câmara Municipal fosse uma indústria, poderia ter havido um momento de grande de necessidade de contratação aliada à criação de uma nova linha de produção, à satisfação de uma grande encomenda, mas a Câmara Municipal não é isso, tendo questionado como é que a autarquia funcionava no passado.

Defendeu que no âmbito da educação é conhecido que o número de alunos tem vindo a diminuir, tendo questionado o que é que se passa se face a essa diminuição aumenta o número de funcionários a contratar.

Concluiu, demonstrando a sua preocupação com esta decisão de contratação, tendo questionado que impacto é que vai ter no atual cenário macroeconómico.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que sobre a previsão de contratação de 52 trabalhadores, que em 2020 o PS apresentou um Plano Anual de Recrutamentos com 39 trabalhadores de uma assentada e não havia a descentralização de competências nas áreas da saúde e da educação.

Referiu que não acredita que o executivo se lembrou de recrutar por recrutar, tendo questionado qual é a estratégia inerente a essas contratações; se o Município vai receber, ou não, os salários correspondentes a esses trabalhadores.

Realçou que votando contra o Mapa de Pessoal, como é que vão explicar isso aos encarregados de educação que andam a reclamar mais Assistentes Operacionais para as escolas há tantos anos.

Salientou que é muito importante investir no tratamento das fugas de água, bem como é muito importante resolver o problema do saneamento no concelho com empenho e dedicação.

Concluiu, referindo que pelos vistos os terrenos relativos ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro” (quatro parcelas) não serão da Câmara Municipal, tendo perguntado quanto é que o Município terá de pagar por



Fls. 207

quatro parcelas de terreno, algo que o PS dizia que não ia acontecer porque os terrenos eram do Município.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), respondeu que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” vai ter um financiamento a 100%, estando a diligenciar para que todas as candidaturas sejam submetidas na plataforma do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”.

Realçou o projeto para a reabilitação de todos os bairros sociais, tendo informado que o executivo está a adquirir terrenos nas freguesias e que espera que no próximo ano se comecem a construir as novas habitações, tendo alertado que o processo burocrático é longo e exige o envio dos processos ao Tribunal de Contas para obtenção de “visto”.

Deu nota que o executivo vai reforçar os apoios sociais às famílias mais desfavorecidas no atual contexto de dificuldades económicas.

Informou que vai manter o número de bolsas de estudo a atribuir aos alunos do ensino superior e respetivo montante, e que haverá apoios da Câmara Municipal para quem prosseguir os estudos.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), respondeu que tem a intenção de requalificar a antiga escola EB2/3, estando a aguardar o lançamento das normas do programa “Portugal 2030”. Disse que a verba necessária está salvaguardada, de acordo com a negociação que estabeleceu com o Município de Lousada e com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS) esclareceu que em relação à saúde pública e às condições das escolas, que têm sido alertados por vários relatórios de inspeções realizadas pela “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” para a necessidade de melhorias urgentes a fazer nas escolas, havendo efetivamente de dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

resposta no sentido da resolução dessas necessidades que, em alguns casos, podem pôr em causa a saúde pública.

Deu nota da intenção de avançar com a desmaterialização de procedimentos em todos os serviços municipais, incluindo o processo já iniciado na área do urbanismo ainda antes do ano de 2021.

Deu também nota que relativamente às rendas recebidas, que a maior parte dizem respeito às rendas de concessão da “EDP – Eletricidade de Portugal”.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), informou que a receita média cobrada com a venda de bens de investimento nos últimos 36 meses foi de 90.000,00€, mormente com a venda de casas dos bairros sociais.

Informou também que a ETARI das Lavagueiras não funciona. Disse que o valor previsto em Orçamento para uma nova ETARI corresponde ao montante dos orçamentos que os serviços solicitaram.

Esclareceu que o processo “Paivamarco” ainda não está findo, daí constar do mapa relativo às Responsabilidades Contingentes.

Respondeu que a revisão da Norma de Controlo Interno está em fase de conclusão.

Sobre a permuta de terrenos entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários, respondeu que o processo está a ser finalizado e que do mesmo dará conhecimento ao órgão executivo e à Assembleia Municipal.

Justificou a necessidade da contratação de um Técnico Superior em Medicina Veterinária com a proximidade da aposentação do Veterinário Municipal, sendo também uma necessidade para o “Centro de Recolha Animal” até num contexto em que todos têm ouvido falar de cães errantes que vão andando pelo concelho.

Confirmou que há um contrato de prestação de serviços a funcionar no “Centro de Recolha Animal”, que se traduz no funcionamento de uma unidade móvel para a realização de castrações de cães e gatos a título



gratuito, porque aquele equipamento ainda não tem sala de cirurgia, nem tem médico veterinário habilitado para esse tipo de cirurgia.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPM), informou que já foram dados alguns passos na resolução do problema das fugas de água, e que o próximo relatório do “ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento” já o vai revelar.

Realçou que serão criados bem mais de 600 postos de trabalho: só uma unidade industrial vai criar 500 postos de trabalho, e há mais quatro unidades fabris a quererem aumentar as suas instalações no concelho.

Em relação ao ir, ou não ir, a Lisboa, disse que tem feito diligências através da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” e junto dos Ministros e das Secretaria de Estado para que sejam dadas respostas relativamente às nossas acessibilidades. Disse que a conclusão da Variante à EN 222 e a construção do IC35 é algo que depende do Governo, esperando que isso se concretize em breve, conforme o compromisso que foi assumido pelo Ministro Pedro Nuno Santos.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), garantiu que o investimento no saneamento será uma prioridade, tendo já promovido uma reunião entre as Juntas de Freguesia e a empresa “Simdouro”. Disse que vão fazer a ligação em baixa na Adrória; a ligação que falta de Sardoura até à Balsa; em Real, sendo que todas as intervenções que ocorrerem na rede viária terão de incluir todas as infraestruturas.

Informou que as obras a executar nas freguesias estão elencadas nas GOP's.

Relativamente ao “Wine Wellcome Centre”, respondeu que a prioridade é resolver as infiltrações de água que lá ocorrem, para de seguida se poder revitalizar aquele espaço, tal como, concordou, é necessário desenvolver ações para revitalizar o Mercado Municipal.

Informou que o licenciamento das praias fluviais está dependente da qualidade da água.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Informou também que teve uma reunião com a “APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões” na qual também estiveram presentes os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Fornos, S. Marinho e Sardoura, para se tentar encontrar uma solução para o cais do Castelo e para o cais de Boure.

Referindo-se à intervenção do membro Vanessa Pereira (GMPSD), informou que o valor das refeições escolares passou para 2,20€, e que aumentou para 0,60€ o valor/km a pagar no âmbito dos transportes escolares, mais 0,10€.

Informou também que a “Unidade de Cuidados à Comunidade” é uma unidade multidisciplinar que se irá deslocar à casa dos utentes para prestar cuidados. Disse que esta unidade vai funcionar sete dias por semana, e irá iniciar a atividade no próximo mês de janeiro.

Deu nota que o programa “Aldeia Segura, Pessoa Segura” vai ser uma realidade em 2023 com uma primeira aldeia segura.

Referindo-se à intervenção do membro Rodrigo Pereira (GMMPM), explicou que na parte relativa à necessidade de contratação de um Técnico Superior Jurista, que o Dr. Adão Santos é Diretor do Departamento responsável pela “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente” e pela “DPUH – Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação”, pelo que o único jurista disponível é o Dr. Luis Carvalho. Justificou a necessidade da contratação com a assunção das competências nas áreas da saúde, da educação e da ação social; a abundância e a complexidade da legislação; o elevado número de processos de contraordenação a tramitar; a necessidade de dar resposta às solicitações dos serviços municipais de forma célere.

Referindo-se à intervenção do membro Filipe Costa (GMPS), respondeu que o peso da dívida no Orçamento será de cerca de 700.00,00€.

Deu nota que a grande inovação vai acontecer ao nível da poupança de água, algo que nunca aconteceu.

Sobre a contratação de 52 trabalhadores, disse que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva deve ser a única que na sua Divisão Financeira não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 209

nem um contabilista, nem um gestor, nem um economista, daí a necessidade de contratar os técnicos apontados.

Realçou que o PS consegue comparar as crianças com uma linha de produção, mas as necessidades de pessoal nas escolas já existem há muito tempo, não foi este executivo quem as inventou. Disse que neste momento o Município tem 77 Auxiliares de Ação Educativa e os rácios apontam para a necessidade de 97 destes trabalhadores, cujos salários são pagos pelo Estado.

Informou (Presidentes de Junta sabem disso) que chegaram a abrir uma escola no início do ano letivo com um voluntário para três salas; têm crianças com necessidades educativas especiais que necessitam do acompanhamento de um Auxiliar de Ação Educativa a tempo inteiro. Convidou os membros da AM a visitar as escolas do concelho e a ver as crianças com necessidades educativas especiais, porque possivelmente iam dizer que as necessidades elencadas ainda eram poucas.

Explicou que o número de contratações previstas para a educação derivam das necessidades comunicadas pelas Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, pelos Presidentes de Junta de Freguesia, pela Dgeste e pelos pais.

Referiu que as escolas não são unidades de produção de escala, que é ofensivo tratar as crianças dessa forma.

Salientou que até poderia dizer que o executivo PSD está a usar as necessidades apontadas para as escolas para abrir concursos e meter pessoal, mas que recordava o PS que está em vigor até ao próximo mês de setembro uma bolsa que decorre de um concurso aberto pelo anterior executivo, pelo que todas essas necessidades serão colmatadas com as pessoas que estão nesse concurso, porque se fosse para cumprir uma promessa política deixava cair a bolsa e abria um novo concurso.

Desafiou os membros da AM a que não sejam um problema, mas sim uma solução, que não ponham em causa a educação e os serviços de saúde por mera demagogia política, lembrando que o último Mapa de Pessoal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

apresentado pelo PS apontava 39 necessidades de recrutamento sem que ainda tivesse ocorrido a transferência de competências naquelas áreas.

Referindo-se à intervenção do membro Carlos Trindade (GMPSD), respondeu que as verbas necessárias para pagar os salários dos trabalhadores afetos às áreas da saúde e da educação é transferida pelo Estado no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização.

Relativamente ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, informou que a Câmara Municipal constituiu mandatário e que vai recorrer, porque de quatro parcelas de terreno que eram tidas como públicas, afinal são privadas. Disse que os peritos avaliaram as parcelas (terrenos em reserva ecológica abrangidos pelo POACL) em cerca de 20,00€/m², o que dá um total de 160.000,00€ (a que acrescem 10.000,00€ de honorários para os peritos), valor que a Câmara Municipal já depositou à ordem do tribunal até que haja uma decisão superior para a expropriação daquelas quatro parcelas de terreno.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para informar que se realizou no dia de ontem uma reunião no âmbito da saúde com a presença do Diretor do “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa/Tâmega Sul”, do Presidente do Hospital de Penafiel, dos Presidentes de Junta de S. Martinho, de Sobrado e Bairros e de Fornos (foram todos convidados), das IPSS e dos Bombeiros Voluntários, para verificar quais são os picos de transferência de utentes no período diurno e noturno para os hospitais centrais, de forma a avaliar se há a possibilidade de alargar o período de abertura da “USF Paiva Douro” durante a semana no período de inverno. Disse que o trabalho está a ser feito e que conta com o MPM para a ajudar a resolver os problemas do Município.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), informou que as Diretoras dos Agrupamentos de Escolas foram ouvidas e pronunciaram-se relativamente às necessidades de pessoal para as escolas, mas esses documentos não foram enviados para os membros da AM.



Fls. 210

Confirmou que há funcionários com processos de mobilidade. Disse que até que essa mobilidade seja, ou não, consolidada, só nesse momento é que fazem a substituição da pessoa no Mapa de Pessoal.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para perguntar se algum membro da AM tinha ficado com questões por esclarecer por parte do Sr. Presidente da Câmara.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para dizer que questionou relativamente ao processo judicial interposto por uma Psicóloga, designadamente, se a Câmara Municipal vier a perder a ação e a pessoa tiver de ser reintegrada, tendo em consideração que só está aberto um lugar no Mapa de Pessoal e a Vereadora Liliana Vieira afirma que é essencial contratar uma Psicóloga, se será aberto mais um lugar nesse Mapa de Pessoal.

Questionou porque é que a informação do Veterinário Municipal não foi enviada aos membros da AM.

Em relação à ETARI das Lavagueiras, disse que perguntou se a ser feita uma nova, se será no mesmo local ou noutra diferente.

Concluiu, referindo que pensou que haveria uma referência no texto das GOP's à permuta de terrenos entre os Bombeiros Voluntários e a Câmara Municipal.

O membro Filipe Costa (GMPS) interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da Câmara é que fez demagogia. Disse que não usou o termo “criancinhas”, mas sim “educação”, que ninguém o ouviu a fazer a comparação referida pelo Sr. Presidente da Câmara.

Concluiu, referindo que ninguém dá lições ao PS nesta matéria.

O Membro Manuel Mendes (GPMS) interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu à questão que colocou sobre a compensação das instituições pela não realização dos eventos que referenciou.

De seguida, ia referir-se à intervenção feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPD), mas o Sr. Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

da AM retirou-lhe a palavra pelo facto da intervenção não se enquadrar no pedido de esclarecimentos finais deste período da sessão.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interveio novamente para reiterar a questão que tinha colocado no sentido de saber se a criação da Gala do Desporto e da Cultura inviabiliza a continuidade dos Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva, ou se serão realizadas em conjunto.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Gala do Desporto e da Cultura será realizada em complemento aos Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva.

Respondendo à questão colocada pelo membro Manuel Mendes (GMPS), disse que concordava que as atividades que a Câmara Municipal vai deixar de realizar significam uma perda de receita para as instituições. Referiu que têm estado a falar com as instituições para encontrar formas de compensar essa perda de receita.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para, respondendo às questões colocadas pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), dizer que os contributos remetidos pelo Veterinário Municipal existem e poderá fazê-los chegar.

Em relação à questão da Psicóloga, respondeu que mesmo que o lugar esteja ocupado no Mapa de Pessoal, se houver uma sentença do tribunal a ordenar a integração da pessoa ela é integrada sem haver a necessidade de haver lugar livre no Mapa de Pessoal.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar nota que ia dar a palavra aos membros da AM para as intervenções finais por ordem crescente de representação.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que tinha pena que não se resolvesse na AM a questão das bolsas de estudo atribuídas aos Bombeiros Voluntários, alargando a sua atribuição a quem é lá trabalhador; que tinha pena que os documentos não reflitam a necessidade de se rever os regulamentos da área do urbanismo e da Feira do Vinho Verde; que não se fale no Museu do Carvão e da Fundação do Couto



Fls. 211

Mineiro; que não se fale em zonas industriais; que os documentos ainda não expressem a descentralização de competências na área da ação social em Janeiro de 2023.

Em relação ao Mapa de Pessoal, disse que não está contra o documento, mas continua a dizer que a descentralização na área da educação é um presente envenenado que vai fazer disparar os custos, conforme anda a dizer desde 2009, seja a nível autárquico, seja noutros fóruns.

Defendeu que a educação é um fator de igualdade e que a escola pública assume um importante papel de vitalidade da democracia e da promoção de um ensino de qualidade, universal, gratuito, consagrada que está na Constituição da República Portuguesa como responsabilidade do Estado, pelo que o caminho que a administração central está a seguir não é o melhor, nomeadamente, o da municipalização da educação.

Deu nota que em 2008, com o início da descentralização de competências da educação para os municípios, esta fez com que as autarquias tenham assumido competências, nomeadamente, em matéria de gestão de pessoal não docente, que tem resultado em grandes dificuldades para as escolas, devido à insuficiência de meios humanos qualificados. Disse que o Estado nunca deveria transferir o pessoal não docente para as autarquias sem ter a casa arrumada: não é transferir agrupamentos, escolas ou Jardins-de-Infância sem funcionários e depois as Câmaras que os contratem.

Salientou que desde a primeira hora que é contra a municipalização de sectores como a educação, uma vez que o único objetivo de fundo é o desmantelamento das funções sociais do Estado, onde se incluem os processos de concessão e privatização da educação, através dos municípios, das CIM's e dos financiamentos e orientações comunitárias, que levarão à criação de sistemas educativos a funcionar a velocidades diferenciadas e a respostas educativas ao sabor do maior ou menor perfil, sensibilidade ou capacidade de cada município.

Questionou quem é que vai transferir o dinheiro para os encargos com os fornecimentos e serviços externos, uma vez que as verbas transferidas pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Estado para a autarquia não cobrem todas as despesas de pessoal ou as necessárias à reabilitação dos edifícios escolares; não cobrem por os seguros de acidentes de trabalhos; não cobrem as atualizações salariais por força das requalificações ou subidas de escalão.

Defende que o Governo está a passar responsabilidades sem o devido envelope financeiro, uma vez que a Câmara Municipal vai ter encargos adicionais de 224.000,00€ na valorização das carreiras; 245.000,00€ nos aumentos previsíveis do salário mínimo, entre outros valores, ou seja, são mais de 500.000,00€ que vão sair do orçamento municipal, sem qualquer cêntimo recebido do Governo.

Defendeu também que vão ser criadas verdadeiras injustiças entre os trabalhadores escolares e os municipais; a avaliação de cada um e os recursos que estes possam vir a fazer vai ser outro problema; a admissão de funcionários vai estar mais exposta à chamada cunha política do que à meritocracia.

Salientou que não faz sentido ser a Câmara Municipal a suportar os custos da remodelação da antiga escola EB 2/3 de Sobrado e da EB 2/3 do Couto Mineiro, quando as obras necessárias deveriam ter sido feitas pelo Governo, e só depois delas realizadas transferia estas escolas para a autarquia. Disse que ainda há poucas semanas a Câmara Municipal teve de gastar mais de 800,00€ em utensílios fundamentais para a cozinha pois a escola foi entregue ao Município sem esse material ou com material velho.

Referiu que isso não é descentralizar, é (re)centralizar, é criar um novo patamar na administração educativa, burocratizando e complicando ao passar parte das competências das escolas para as autarquias e deixar ainda mais débeis os orçamentos municipais, principalmente daqueles municípios como o nosso com escassas receitas.

Em relação à área da saúde, referiu que de acordo com o diploma que foi publicado no dia de ontem, se o Centro de Saúde estiver aberto depois das 18 horas quem vai suportar os custos é a Câmara Municipal.



Fls. 212

Referiu que não vê nos documentos uma referência ao testamento do Conde de Castelo de Paiva, às conclusões do grupo de trabalho e às sugestões que foram feitas ao executivo municipal que dão caminhos, orientações para que os superiores interesses do Município de Castelo de Paiva, enquanto detentor da raiz, sejam acautelados. Disse que há decisões que não dependem do trabalho que falta fazer, das decisões judiciais em curso, e que podem ter a curto prazo um efeito muito positivo para os Paivenses que passa pela criação de um parque urbano na Quinta da Boavista.

Lembrou que a AM aprovou, por unanimidade, a possibilidade de expropriação dos bens imóveis, o que permitirá ao Município obter a posse imediata dos artigos rústicos que integram a Quinta da Boavista.

Salientou que é por isso que refere que as medidas que garantam a imediata criação desse parque urbano na Quinta da Boavista devem representar um verdadeiro Pacto de Regime entre os Paivenses, independentemente da sua origem partidária ou de qualquer discordância no passado.

Defendeu que o programa “Portugal 2030” é uma oportunidade de ouro, que exige que o município esteja preparado com a devida antecedência para poder submeter um projeto que seja uma referência internacional enquanto projeto paisagista e elemento de dinamização e atração do concelho.

Reiterou que as conclusões do Grupo de Trabalho e a aprovação por unanimidade das mesmas, por deliberação da AM, são ativos demasiado preciosos para serem desperdiçados, e que os membros da AM, enquanto representantes dos Paivenses neste órgão, não têm margem para fugir às responsabilidades de um desafio, cuja sua não concretização ou adiamento não será perdoada pelas gerações futuras.

Concluiu este assunto, referindo que um Pacto de Regime que garanta o futuro parque urbano na Quinta da Boavista será um dos grandes legados que esta geração de representantes eleitos poderá dar ao futuro do concelho e um incontornável reconhecimento a quem nos deixou esse legado e essa identidade histórica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Ainda relativamente ao Orçamento, disse que o documento é da inteira responsabilidade do executivo em permanência, e o primeiro após mais de um ano de exercício de funções autárquicas.

Informou que através do Vereador Ricardo Jorge, o UCPT apresentou um conjunto de sugestões ao executivo municipal que foram, de um modo geral, acolhidas no Orçamento, tendo realçado que o executivo em permanência foi buscar ao programa eleitoral das eleições autárquicas de 2021 daquele movimento, uma medida que incorporou no orçamento: a Gala do Desporto e da Cultura em Castelo de Paiva, algo com que estão gratos.

Referiu que em 2023, seguirá com atenção o desempenho do executivo em permanência, tendo como máxima o superior interesse da comunidade Paivense e o desenvolvimento do concelho.

Concluiu, referindo que se vai abster na votação do Orçamento.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que sobre a resolução dos problemas de fugas de água em cinco meses, que ia reunir documentação que partilhará com os membros da AM.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), disse que os Senhores Presidentes de Junta devem ficar tranquilos, porque o Sr. Presidente da Câmara é um homem de palavra quando disse que nenhuma Junta de Freguesia irá ter um tratamento especial em função da cor política. Desafiou-o a verificar o seu sentido de voto das sessões da AM de 27/11/2018 e de 27/11/2019.

Reiterou que este nunca seria o Orçamento e o Mapa de Pessoal do GMMPM, pelo que vão votar em coerência.

O membro Filipe Costa (GMPS) usou da palavra para dizer que reforçava o que foi dito pelos membros do GMPS nas suas intervenções a propósito da contratação de pessoal, tendo referido que a educação é importante, tal como as restantes áreas.

Referiu que as contratações efetuadas pelo anterior executivo foram realizadas no âmbito do “PREVPAP – Programa de Regularização



Fls. 213

Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública”, o que é diferente.

Defendeu que as contrações propostas pelo executivo hipotecam o futuro do concelho.

Disse que nas condições em que se encontra o executivo municipal deveria ter havido uma discussão prévia, para a qual estiveram sempre disponíveis, para que o desfecho pudesse ser outro.

Concluiu, referindo o sentido de voto do GMPS será no sentido de não deixar passar o Orçamento e o Mapa de Pessoal.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que este Orçamento é a imagem de marca do PSD, com conteúdo fraco e frágil, sem garra para desenvolver o concelho a nível económico, perspetivando que a sua execução seja frágil, porque não corresponde às necessidades dos Paivenses.

Referiu que não vê nenhuma medida de combate às atuais dificuldades económicas, designadamente, de combate à crise inflacionista.

Realçou que vê dois PSD: um PSD da oposição, que apontava o dedo sempre que o PS apresentava um Orçamento, e um PSD de poder que apresenta erros mais graves do que aqueles que na perspetiva do PSD era má governação do PS.

Concluiu, referindo que o sentido de voto do PS não será favorável a uma política orçamental que não responde às necessidades dos Paivenses.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que deveria ter havido um debate prévio dos documentos em causa, porque se assim tivesse sido, hoje estariam melhor preparados para exporem os seus pontos de vista.

Sobre a necessidade de contas certas referida pelo Sr. Presidente da Câmara na introdução do Orçamento, referiu que quando há doze anos, aquando da discussão do Plano de Saneamento Financeiro necessário para esse acerto de contas públicas, todos sabem o que é que isso significou: a sua viabilização à segunda tentativa. Disse que o PS não precisa de lições nessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

matéria, porque andou doze anos para que se conseguisse o equilíbrio que hoje se verifica.

Manifestou o seu acordo em relação às medidas de apoio às Juntas de Freguesia, mas acha que a verba inscrita em Orçamento é escassa.

Sobre a necessidade de combater as fugas de água, disse que se trata de um problema financeiro e ambiental, porque a água é um bem cada vez mais escasso.

Questionou se o montante de 400.000,00€ previsto para o saneamento é suficiente para dar o necessário passo em frente.

Em relação à habitação, disse que o GMPS não entendia porque é que só se refere à requalificação das casas de habitação.

Sobre o emprego, disse que a linguagem é dúbia, tendo questionado se o executivo vai desenvolver ações em 2023 para a criação de novos postos de trabalho, ou se é por força do trabalho que foi desenvolvido atrás com a questão da “Oropol”, da “Cerne”, etc. Disse que continua a não haver uma clarificação em relação às zonas industriais.

Deu nota que não se especifica a aposta nas medidas de apoio social, designadamente, quais as medidas que vão ser tomadas para responder às dificuldades.

Salientou que nada é referido em relação à importância da barragem do Seixo.

Manifestou a sua preocupação em relação à execução das medidas previstas no âmbito do turismo, dado que o lugar previsto no Mapa de Pessoal para um Técnico Superior na área funcional do turismo está desocupado, tal como será extinto um posto de trabalho na carreira geral de Assistente Técnico naquela área.

Referiu que ficou negativamente surpreendido com a mensagem do Sr. Presidente da Câmara pela falta de uma referência à Casa da Boavista, depois do trabalho que foi feito pelos dois grupos de trabalho criados pela AM, e da aprovação daquele órgão, por unanimidade, do relatório final, o que revela uma falta de respeito por este órgão. Disse que no programa da



candidatura do PSD às eleições autárquicas está escrito a vontade de tornar a Quinta da Boavista uma referência turística do concelho.

Sobre o Mapa de Pessoal, disse que a intervenção da Vereadora Liliana Vieira foi eloquente no sentido de reprovarem o documento, porque disse que era assente em previsões, havendo uma diferença muito grande entre o montante previsto no Orçamento para novos recrutamentos, cerca de 266.000,00€, e o montante máximo deliberado para tal no montante de 500.000,00€.

Salientou que a propósito dos salários dos funcionários afetos à educação e à saúde, que o dinheiro é sempre dinheiro, seja dos cofres do Município, seja do Governo, pelo que tem de ser bem gerido, o que não acontece neste documento.

Realçou que se está a caminhar para a municipalização do ensino.

Informou que o PS é contra este Mapa de Pessoal e que a Vereadora Liliana Vieira é capaz de fazer um documento mais rigoroso, que tenha um documento comparado, e que permita prever o que é que vai acontecer, por exemplo, em termos de reformas.

Pediu cuidado no atender àquilo que é solicitado pelas responsáveis das escolas em termos de recursos humanos.

Concluiu, questionado porque é que há pessoas responsáveis pelas escolas a “meter cunhas” e a telefonar a autarcas para mudarem o sentido de determinado voto; porque é que há autarcas do PSD a sensibilizar autarcas de outros partidos a votar a favor.

O membro Vanessa Pereira (GMPD) interveio novamente para dizer que não tem a eloquência do membro Rocha Pereira (GMPS) a falar para a rádio

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do membro Vanessa Pereira (GMPD) para pedir respeito ... (inaudível).

O Sr. Presidente da AM pediu ao membro Rocha Pereira (GMPS) que deixasse o membro Vanessa Pereira (GMPD) continuar com a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

intervenção, considerando que não houve uma falta de respeito, mas sim a utilização de uma expressão figurativa.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) retomou a sua intervenção requerendo que ficasse em ata que o membro Rocha Pereira (GMPS) disse, e citou: “cuidado que eu vou dar-lhe a resposta e algum dia você até vai andar de lado”.

Referiu que ninguém no PSD recebe lições de moral sobre comportamentos na AM atual e anterior ...

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do membro Vanessa Pereira (GMPSD).

O membro Jorge Quintas (GMMPM) solicitou um ponto de ordem à Mesa.

Referiu que este assunto tem de ser discutido com seriedade, e que apesar de todos terem razão, às 0:00 horas abandonarão a sessão e vai haver outra reunião, o que trará mais custos para o Município.

O Sr. Presidente da AM respondeu que os pontos não podem ficar a meio, pelo que se os membros da AM abandonarem em número suficiente que deixem de ter quórum a sessão é interrompida.

O membro Vanessa Pereira retomou a sua intervenção referindo que se a sessão for novamente interrompida que isso vai custar mais 3.000,00€ ao erário público, e que os Paivenses vão perceber que estão aqui a brincar. Disse que recebem 69,50€ para estarem aqui (nenhum Paivense recebe 69,50€ em quatro horas), e que o membro Jorge Quintas (GMMPM) disse uma vez que está aqui para trabalhar e que fica cá até à hora que for preciso.

Sobre o Orçamento, disse que importa no montante de 20.954.700,00€, recordando que o último Orçamento apresentado pelo anterior executivo importava no montante de 20.891.235,00€, sem incorporar as competências descentralizadas nas áreas da educação e da saúde e a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, valor que ascende a mais de 3.000.000,00€. Disse ser um Orçamento mais próximo da realidade e mais assertivo; que aposta na



área social com o aumento dos valores para a Loja Social, em programas de apoio aos mais carenciados; nos Municípios promotores do envelhecimento ativo e feliz, no projeto “Autarquia Solidária”; que aposta na proximidade com as Juntas de Freguesia com o reforço da transferência de meios financeiros, materiais e humanos; reforço na aposta no saneamento e nas obras de proximidade nas freguesias; reforço de 20% no valor pago pelas refeições e pelos transportes escolares; aposta na saúde com a criação da “Unidade de Cuidados à Comunidade”; aposta na “ELH – Estratégia Local de Habitação”, com a requalificação das habitações dos bairros sociais e a aquisição de terrenos em estreita comunicação com os Presidentes de Junta de Freguesia; constituição de uma terceira “EIP – Equipa de Intervenção Permanente”, num investimento de cerca de 105.000,00€; a aposta no projeto “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”; a aposta no Turismo com a requalificação da zona ribeirinha do Castelo e das margens do Arda; aposta na eficiência do sistema de abastecimento de água; aposta na eficiência energética nos edifícios municipais.

Concluiu, referindo que o GMPD votará a favor.

O membro Carlos Trindade (GMPD) interveio novamente para dizer que se sentia envergonhado, porque não houve respeito e elevação na AM, não deram um bom exemplo aos Paivenses.

Sobre o Mapa de Pessoal, defendeu que os custos tinham de aumentar em função da assunção de cerca de 100 funcionários no seguimento da descentralização de competências nas áreas da saúde e da educação; em função do aumento do salário mínimo; em função dos aumentos salariais decretados pelo Governo.

Realçou que os salários dos funcionários das áreas da saúde e da educação são pagos pelo Fundo de Financiamento da Descentralização.

Deu nota que em 2020, o PS apresentou no Plano Anual de Recrutamentos para o ano de 2021 a necessidade de contratar 39 funcionários, lembrando que em 2020 não havia a delegação de competências; que o PSD, em 2022, apresenta um Plano Anual de Recrutamentos para o ano de 2023 com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

indicação da necessidade da contratação de 52 funcionários, sendo que 30 desses lugares são para dar cumprimento à delegação de competências, com especial enfoque na educação, o que significa que sem delegação de competências o Mapa de Pessoal apresentado pelo PSD era inferior ao apresentado pelo PS para 2021. Disse que este Mapa de Pessoal incorpora as necessidades que os serviços municipais e o executivo entendem como prementes para o funcionamento do Município.

Referiu que todos conhecem os reiterados apelos das Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas e dos Senhores Presidentes de Junta para o reforço do pessoal nas escolas, designadamente, ao nível das crianças com necessidades educativas especiais; que todos conhecem a necessidade de reforço de Assistentes Operacionais para os armazéns, conforme o próprio PS o afirmava e está refletido no Mapa de Pessoal.

Concluiu, referindo que não será pelo PSD que as escolas não vão cumprir com os rácios da Dgeste; que não será por culpa do PSD que a “Unidade de Cuidados à Comunidade” não funcionará por falta de um motorista; que não será por culpa do PSD os Assistentes Operacionais serão insuficientes nas escolas, e que as crianças com necessidades educativas especiais não vão ter os cuidados que necessitam.

A Vereadora Liliana Vieira usou novamente a palavra para dizer que agradecia os elogios do membro Rocha Pereira (GMPS), mas que este tem de se decidir se são muitos ou são poucos, porque não pode contratar toda a gente ao mesmo tempo.

Salientou que está confortável com Mapa de Pessoal que hoje apresenta com base nas necessidades reportadas pelos serviços, e outras que não estão plasmadas no documento.

Explicou que o montante de cerca de 266.000,00€ previsto na rubrica de novos recrutamentos só reflete a remuneração base, porque existem rubricas próprias para os restantes encargos.

Concluiu, referindo que quanto à questão das pressões, que quando chegou ao executivo, ainda não estavam concluídos os concursos que tinham sido



abertos pelo PS e muitas foram as pressões que ela, e quem consigo trabalha, sofreram para a conclusão dos processos.

Deliberação: Apreciado e aprovado por maioria, com 13 abstenções (8 do GMPS, 3 do GMMPM e 2 do UCPT) e 13 votos a favor (11 do GMPD, 1 do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM) e 1 do Sr. Presidente da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Joaquim Martins (GMPS)).

9.2. Deliberação GOP 2023.

Deliberação: Apreciadas e aprovadas por maioria, com 12 votos contra (7 do GMPS, 3 do GMMPM e 2 do UCPT), 1 abstenção (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS)) e 13 votos a favor (11 do GMPD, 1 do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM) e 1 do Sr. Presidente da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Joaquim Martins (GMPS)).

9.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal 2023.

Deliberação: Apreciados e reprovados por maioria, com 12 votos contra (7 do GMPS, 3 do GMMPM e 2 do UCPT), 3 abstenções (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS); Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM) e Sr. Presidente da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Joaquim Martins (GMPS)) e 11 votos a favor do GMPD.

10. Apreciação e deliberação de proposta para a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

Presente uma proposta subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

11. Apreciação e deliberação – Proposta de Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa Invest.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Presente uma proposta da Câmara Municipal relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: Na sequência da deliberação unânime tomada, nos termos do artigo 105.º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, em reunião do Conselho Intermunicipal, havida 12 de julho de 2022 e de acordo com os inerentes documentos de suporte e pareceres constantes do processo administrativo, para constituição da Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa, Invest (cfr. extrato de ata junto), e, bem assim, de acordo com as propostas da Câmara Municipal aprovadas por unanimidades nas reuniões ordinárias de 30/09/2022 e 07/12/2022, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a adesão àquela associação com os efeitos jurídicos cominados nos seus Estatutos, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, al. n) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

O Sr. Presidente da AM proferiu a seguinte declaração de voto:

“– Eu votei a favor deste ponto, mas por uma questão de imparcialidade enquanto membro da Mesa e membro da Assembleia Intermunicipal, tenho algumas dúvidas sobre algumas matérias que estão escritas nos estatutos que foram aprovados, que optei por apresentar diretamente ao Sr. Presidente da Comunidade Intermunicipal e ao Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal”.

12. Apreciação e deliberação de Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca”.

Presente a proposta final de Projeto de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca” para apreciação e deliberação que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que o regulamento deveria prever o acompanhamento dos jovens autarcas por parte do executivo e dos membros da AM, designadamente, acompanhando estes órgãos durante um dia e vice-versa.



O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para questionar se não seria mais objetivo se a verba a afetar ao programa já estivesse prevista no regulamento?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que está previsto um montante de 5.000,00€ em Orçamento para a operacionalização do regulamento.

Em relação à questão colocada pelo membro Jorge Quintas (GMMPM), respondeu que a sugestão por ele dada não está prevista no regulamento, dando nota que o documento esteve em discussão pública e não foram dadas sugestões de alteração. Disse que de qualquer modo poderão sempre existir momentos de interação com os jovens autarcas.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que o GMPSD se congratula com a aprovação do regulamento, algo com que já pugnavam há vários anos.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

13. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

13.1. Proposta - Suplemento de Penosidade e Insalubridade – 2023.

A AM Tomou conhecimento.

13.2. Compromissos Plurianuais – 3.º Trimestre de 2022.

A AM Tomou conhecimento.

14. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Apreciação de Proposta de Alteração ao Regimento”.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que a proposta que apresentaram se destina a suprir algumas lacunas do Regimento, salientando que o documento não vai ficar perfeito.

Informou que constatou que há Regimentos que preveem as grelhas, mas que em função das experiências que lhe foram relatadas não são uma boa opção para a democracia.

Concluiu, propondo que cada GM apresentasse um nome para avaliar a legalidade e a coerência dos pontos que são apresentados para a alteração do Regimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que quando é feita uma proposta de alteração do Regimento deve ser criada uma comissão.

Salientou que mesmo com estas propostas não irão ter um Regimento perfeito, pelo que propunha à Mesa a criação da comissão e, eventualmente, estabelecer um hiato de tempo (10/15 dias) para que todos os partidos e movimentos fizessem chegar propostas de alteração ao Regimento, para que a comissão discuta todas essas propostas de alteração.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interveio novamente para dizer que concordava com o conteúdo da intervenção do membro Carlos Trindade (GMPSD), mas o que está em causa é a proposta que apresentaram. Disse que não excluiu a proposta formulada pelo membro Carlos Trindade (GMPSD), que seria diferente da que estão hoje a discutir. Propôs que a comissão fosse já hoje empossada.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que a interpretação que faz do Regimento é a de que para se fazer uma alteração ao documento terá de se seguir o que foi dito pelo membro Jorge Quintas (GMMPM), e não o que é proposto pelo membro Carlos Trindade (GMPSD).

O Sr. Presidente da AM questionou se amanhã chegar à Mesa uma proposta do GMPSD assinada por seis membros, e se depois de amanhã chegar outra proposta do GMPS nas mesmas condições, se criam mais duas comissões.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) respondeu que é uma questão de bom senso. Disse que o Regimento vai permitir que o público fale sem se inscrever; vai permitir que uma força política com dois deputados se constitua em GM.

O Sr. Presidente da AM questionou se criada a comissão da forma como o GMMPM e o GMPS estão a propor, e a comissão achar por unanimidade que há um artigo qualquer que deva ser alterado, se não o pode ser.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) respondeu que não pode.



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da AM poderia ter alertado previamente os partidos e os movimentos de cidadãos para não andarem para a frente e para trás com comissões, tendo reiterado que o Regimento não permite proceder conforme a questão colocada pelo Sr. Presidente da AM.

O Sr. Presidente da AM referiu que não era aquele o seu entendimento.

Salientou que se hoje deliberarem que a comissão apenas pode analisar a proposta apresentada, depois não venham dizer ao Presidente na AM que tem de ser democrático e aceitar coisa diferente do que estão a deliberar. Disse que irá indeferir algo que lhe seja apresentado que seja diferente do que for deliberado.

Deixou à consideração se se vota as duas propostas em alternativa, referindo que se não houver consenso é assim que vão votar: a proposta do GMMPM, que defende que a comissão criada apenas vai discutir a proposta de alteração ao Regimento em causa e não pode ter mais nenhuma abrangência além do que já está apresentado; a proposta do GMPSD, de que se crie uma comissão e que se dê um prazo de 15 dias para que cada conjunto de seis membros que queiram apresentar uma nova proposta o possam fazer, e que todas as propostas recebidas sejam discutidas na comissão.

O membro Manuel Mendes (GMPS) solicitou uma interrupção dos trabalhos para analisarem a proposta do Sr. Presidente da AM, tendo sido concedida.

Retomados os trabalhos, o membro Manuel Mendes (GMPS) informou que estão recetivos a que possa ser criada uma comissão que possa analisar de forma mais abrangente várias propostas, tendo pedido um alargamento do prazo de 15 dias para a apresentação de propostas.

O Sr. Presidente da AM perguntou qual era a sugestão.

O membro Manuel Mendes (GMPS) propôs 30 dias, tendo esta proposta sido aceite.



Fls. _____

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interveio novamente para dizer que apenas está em análise a proposta que apresentaram e que outra proposta diferente obriga à criação de uma nova comissão.

Referiu que se quiserem fazer essa proposta à Mesa votarão favoravelmente: retira-se a sua proposta, faça-se só uma proposta e fica a comissão criada.

O membro Carlos Trindade (GMPD) interveio novamente para dizer que uma vez que há um entendimento, propunha que se o GMMPM estiver na disponibilidade de retirar a proposta e sugerir a criação de uma comissão para análise do Regimento e a criação de um novo, que concordam com isso.

O Sr. Presidente da AM lembrou as duas propostas que estão em cima da Mesa.

Referiu que há unanimidade quanto à composição da comissão: que tenha um membro de cada GM e um membro do UCPT; um prazo de 60 dias, que propôs, para o funcionamento da comissão e a tempo de apresentar uma proposta final de alteração do Regimento na sessão da AM de fevereiro, comprometendo-se a alargar esse prazo se tal for necessário.

De seguida, enumerou as propostas em causa:

- **Proposta “A”**, do GMMPM, com uma comissão composta por quatro elementos; um prazo de funcionamento de 60 dias a tempo de apresentar uma proposta final de alteração do Regimento na sessão da AM de Fevereiro; que vai discutir apenas a proposta de alteração ao Regimento que chegou à Mesa, e não pode ter mais nenhuma abrangência além do que já está apresentado;

- **Proposta “B”**, uma comissão composta por quatro elementos; com o mesmo prazo de funcionamento; que se dê um prazo de 30 dias para que cada conjunto de seis membros que queiram apresentar uma nova proposta o possam fazer, e que todas as propostas recebidas sejam discutidas na comissão.

De seguida colocou as propostas à votação em alternativa.



Fls. 219

A Proposta “A” obteve 6 votos a favor; a Proposta B obteve 21 votos a favor.

O Sr. Presidente da AM declarou criada a comissão em conformidade com a Proposta “B”, tendo solicitado aos GM e aos representantes do UCPT, que fizessem chegar à Mesa logo que possível a indicação dos membros que vão integrar a comissão, para que posteriormente lhe possa dar posse.

O membro Rocha Pereira (GMPS) proferiu a seguinte declaração de voto em nome do GMPS:

“ – Nós votamos a favor da proposta ampla porque vai contemplar a proposta anterior e se fosse ao contrário já não acontecia isso.

Se fosse aprovada a proposta que foi apresentada só iam discutir aqueles pontos e, portanto, têm de ser razoáveis: alguém acha que a AM, com o PS e o PSD a não se reverem nessa proposta, mais valia não avançar, porque os dois terços são necessários para que seja aprovada.

Ou há maleabilidade, ou bom senso, ou jamais vão alterar o Regimento.

A proposta do PS vai no sentido de todos dizerem o que deve ser alterado, porque isso é que é democracia.”

O membro Jorge Quintas (GMMPM) proferiu a seguinte declaração de voto em nome do GMMPM:

“ – Com este momentozinho consegui pôr duas famílias desavindas do mesmo lado – PS e PSD.”

15. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva”.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou a palavra para reiterar o conteúdo da sua intervenção efetuada no ponto 1 da presente sessão.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que tendo em consideração que há um proponente, deveria ser ele o primeiro a intervir e a apresentar a sua proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Defende que a questão não tem a ver com a constituição da comissão, mas quem é contra a sua constituição, dado que estão a falar de um processo que tem várias etapas, uma das quais já se concluiu.

Referiu que é uma lacuna grave não se fazer uma menção ao assunto no Orçamento, pelo que a comissão deve ser criada para acompanhar o disposto no testamento do Conde, possa responder perante a AM, e possa questionar o executivo sobre o que está a fazer, ou não.

Concluiu, referindo que o GMPS vai votar favoravelmente à criação da comissão.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que concorda com a criação da comissão. Disse que um dos objetivos da comissão é o de poder acompanhar o processo de execução do relatório final pelos sete membros do executivo.

O membro Carlos Trindade (GMPD) interveio novamente para dizer que entende o intuito de se criar a comissão, mas não entende que sabendo que existem dois processos, quer cíveis, quer crime, que vão todos trabalhar sobre incertezas (se a usufrutuária perder a ação; e se o Município ganhar a ação; e se acontecer o inverso).

O membro Rocha Pereira (GMPD) usou da palavra para dizer que o membro Carlos Trindade (GMPD) reforçou o interesse na criação da comissão, porque não podem esperar dez anos pela decisão dos processos judiciais. Salientou que o relatório final também aponta no sentido do início das negociações e de contactos, não sendo para isso necessário saber se há entendimento entre os usufrutuários, dando como exemplo o acordo judicial atingido no processo “Jopavera”.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que os processos em tribunal podem não chegar ao fim, porque pode, entretanto, haver um entendimento entre as partes.

Deu nota que a proposta surgiu para acautelar um legado que pode desaparecer.



Fls. 220

Referiu que em relação aos terrenos, ainda há pessoas que conhecem os seus limites, pelo que a comissão terá o propósito de ver esclarecido por essas pessoas os limites dos terrenos.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relembrava que o Sr. Conde faleceu em 1997; é o quarto Presidente da Câmara desde esse acontecimento.

Salientou que os processos judiciais demoram o seu tempo e a Câmara Municipal tem de saber com quem é que vai negociar, porque é o executivo em permanência quem tem competência para decidir, para isso é que foi eleito.

Deu nota que o anterior grupo de trabalho fez uma relação das propriedades; identificou três caminhos a seguir; o processo é público; que este é um processo delicado que tem de ser gerido com algum sigilo e cautela, pelo que não vai ser ele a vir publicamente dar nota dos passos a dar de forma sigilosa, num processo em que dois dos usufrutuários não falam um com o outro, mas que se acharem por bem criar a comissão, que o façam.

Realçou que não vai colocar em causa o direito que o Município tem de trabalhar no sentido de resolver o problema.

Concluiu, alertando que colocar na praça pública os passos que se quer dar numa dada negociação conduz muitas vezes a um resultado contrário ao pretendido.

O Sr. Presidente da AM informou que ia colocar à votação a criação de uma comissão permanente (sem prazo para a conclusão dos trabalhos) para o objeto proposto, e com o mesmo número de membros da comissão anteriormente criada para a apreciação de propostas de alteração ao Regimento.

Solicitou também aos GM e ao UCPT que fizessem chegar à Mesa logo que possível a indicação dos membros que vão integrar a comissão, para que posteriormente lhe possa dar posse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

Deliberação: Deliberado por maioria, com 11 abstenções do GMPD e 15 votos a favor, criar uma Comissão Permanente para “Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, nos termos propostos.

Período de Intervenção do Público

16. Intervenção do Público.

O município Joaquim Moreira usou da palavra para dizer que defende a atribuição de bolsas de estudo a alunos de mérito, e não em função dos rendimentos, porque há muitas famílias que não declaram a totalidade dos seus rendimentos.

Deu nota da falta de policiamento junto ao Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, tendo denunciado o consumo de drogas junto à escola.

Alertou para as condições indignas em que vivem vários trabalhadores alojados num edifício propriedade do Sr. Costa Carvalho, referindo que se nada for feito no prazo de dois meses ele próprio atuará. Disse que o edifício foi construído ilegalmente.

Referiu-se a uma queixa que fez relativamente à chaminé da piscina municipal coberta, relativamente à qual nenhuma entidade deu seguimento.

Alertou também para o caso do Sr. Soares, que vive em condições indignas numa habitação junto do Campo Municipal da Boavista. Disse que é um caso de âmbito social que urge ser resolvido.

Denunciou uma eventual ocupação de terrenos pertença da “Infraestruturas de Portugal”.

Referindo-se ao processo “Jopavera”, disse que não compreendia como é que alguém que pediu 900.000,00€ aceita pagar 170.000,00€.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que as bolsas de estudo sempre foram atribuídas aos alunos mais carenciados, tendo solicitado ao Sr. Joaquim Moreira que denuncie às autoridades as situações que conheça de agregados familiares que não declaram a totalidade dos seus rendimentos, tal como relativamente a uma eventual ocupação de terrenos pertença da “Infraestruturas de Portugal”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Handwritten signature

Fls. 221

Sobre a situação do Sr. Soares, explicou que a habitação pertence à paróquia de Sobrado, e que a situação está a ser acompanhada pela Câmara Municipal e pela Segurança Social.

A sessão foi encerrada às 1:40 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

Handwritten signature of the President

O 1.º Secretário, em exercício,

Handwritten signature: João Duarte do Silveira

A 2.ª Secretária,

Handwritten signature: Ana Margarida Pinto da Rocha